



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

**ANEXO XIII
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**

NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos;
Gêneros e tipos de texto;
Figuras de Sintaxe;
Figuras de Linguagem;
Articulação textual, coesão e coerência textual;
Morfossintaxe;
Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais;
Concordância verbal e nominal;
Regência verbal e nominal;
Crase;
Colocação pronominal;
Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos;
Acentuação gráfica;
Ortografia;
Pontuação;
Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

MATEMÁTICA

PROGRAMA

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Estruturas lógicas.
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
Lógica sentencial (ou proposicional).
Proposições simples e compostas.
Tabelas – verdade de proposições compostas.
Equivalências.
Leis de De Morgan.
Diagramas lógicos.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Lógica de primeira ordem.

Operações com conjuntos.

Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e matriciais.

PROPORCIONALIDADE

Razões e proporções.

Grandezas direta e inversamente proporcionais.

Regra de três simples e composta.

Porcentagens.

Juros simples e compostos.

ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE

Resolução de situações problemas envolvendo o Princípio Fundamental da Contagem.

Identificação do espaço amostral e evento de experimentos aleatórios.

Resolução de Problemas envolvendo probabilidade simples.

ESTATÍSTICA

Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem).

Organização de dados (tabelas e gráficos).

Medidas de tendência central (média, moda e mediana).

REFERÊNCIAS

ROCHA, Enrique. Raciocínio Lógico: você consegue aprender. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. 18.ed. São Paulo: Nobel, 2000.

FILHO, Edgar de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo, Nobel, 2002.

HAZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar, 5: Combinatória e Probabilidade – 7 Ed. São Paulo, Atual, 2004.

Matemática – Volume único – 6ª Edição – São Paulo - Gelson Iezzi *et al.* – Editora Atual, 2015.

Matemática, ciência e aplicações – Volume 1 – 3ª Edição - Gelson Iezzi *et al.* – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

Matemática, ciência e aplicações – Volume 2 – 3ª Edição - Gelson Iezzi *et al.* – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

Matemática, ciência e aplicações – Volume 3 – 3ª Edição - Gelson Iezzi *et al.* – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

PROGRAMA

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).

Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.

Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.

Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes.

Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox).

REFERÊNCIAS

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>>

Manuais on-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>>

Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

TechTudo - <https://www.techtudo.com.br/>

Significados – <https://www.significados.com.br/>

ATUALIDADES

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Mariana, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Mariana, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por redes digitais.

Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Mariana: <http://www.mariana.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Mariana: <http://camarademariana.mg.gov.br/>



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Mariana:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/>

Sítio eletrônico do Instituto Estrada Real: <http://www.institutoestrada.com.br/cidades/mariana/47>

Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Mariana: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipiomariana.html>

<https://www.guiaviagensbrasil.com/blog/guia-completo-das-cidades-historicas-de-minas-gerais/>

LEGISLAÇÃO

PROGRAMA

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto dos Servidores e o Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo municipal. Lei Orgânica Municipal. Leis Municipais. Constituição do Estado de Minas Gerais. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

MARIANA. Lei Complementar nº 005/2001: Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariana. MARIANA.

MARIANA. Lei Orgânica do Município: Título III: "O Município": arts. 8º ao 119

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de 1989: Título II: "Dos Direitos e Garantias Fundamentais"; Título III: "Do Estado": arts. 6º ao 51.

BRASIL. Constituição da República: Título I: "Dos Princípios Fundamentais": art. 1º ao 4º; Título II: "Dos Direitos e Garantias Fundamentais": art. 5º, 7º, 12º e 13º; Título III: "Da Organização do Estado": arts. 29 ao 31 e art. 37.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

PROGRAMA

Sistema Único de Saúde – SUS, Princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS; Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: definição; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): criação, competências, estrutura organizacional, administração; Vigilância Sanitária: conceitos, áreas de abrangência, funções; Controle sanitário dos estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária; Saneamento; Resíduos urbanos; Doenças transmitidas por alimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990. E alterações

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 04 de fev. de 2022



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm Acesso em: 04 de fev. de 2022

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. E alterações

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm Acesso em: 04 de fev. de 2022

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II). Disponível em:

https://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf Acesso em: 04 de fev. de 2022

Lei Estadual nº 13.317, de 24-09-1999. Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais e alterações. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=13317&comp=&ano=1999&texto=consolidado>

RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. E alterações

Disponível em

http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_216_2004_COMP.pdf/66f5716e-596c-4b9d-b759-72ce49e34da0 Acesso em: 04 de fev. de 2022

RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. E alterações

Disponível em

http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_44_2009_COMP2.pdf/51e7ed13-3998-4082-9b8b-9e1878964761 Acesso em: 04 de fev. de 2022

RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

Disponível em

http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3388061/RDC_197_2017_.pdf/316268f4-2645-42b6-b948-21412fc60f75 Acesso em: 04 de fev. de 2022

RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados. E alterações

Disponível em

http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC_259_2002_COMP.pdf/556a749c-50ea-45e1-9416-eff2676c4b22 Acesso em: 04 de fev. de 2022



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde

Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html

Acesso em: 04 de fev. de 2022

RDC Nº 34, DE 16 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes.

Disponível em

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0034_16_08_2010.html Acesso em: 04 de

fev. de 2022

Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos. Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília – DF

2010

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (POSTURAS)

PROGRAMA

- Legislação Federal pertinente à sua área, inclusive a legislação ambiental;
- Legislação Municipal relativa a posturas e demais disposições de política administrativa, inclusive a legislação ambiental (Código de Posturas, Código Ambiental, Plano Diretor, Alvará de Funcionamento Provisório, Instalação e Realização de Feiras com Venda a Varejo e suas alterações);
- Normas Técnicas;
- Controle e fiscalização de calçadas e passeios, verificando a obstrução não legal, de acordo com a legislação vigente;
- Controle e fiscalização de logradouros públicos, para verificar a regularidade de placas comerciais e dos painéis publicitários, bem como propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines;
- Controle e fiscalização de ambulantes, bancas, barracas e feiras;
- Controle e fiscalização de festas populares, eventos e espetáculos públicos;
- Controle e verificação quanto ao cumprimento das normas de poluição sonora;
- Fiscalização dos estabelecimentos e obras que produzam resíduos sólidos, verificando o adequado armazenamento e disposição;
- Fiscalização quanto ao cumprimento de posturas e indicações de segurança na manipulação, fabricação, depósito, embarque, desembarque, transporte, uso de inflamáveis, explosivos e corrosivos no comércio e na indústria;
- Fiscalização da indústria, comércio e prestadores de serviços, de uma forma preventiva e corretiva, verificando a regularidade do licenciamento, alvarás de funcionamento, autorizações, permissões e concessões;
- Vistoria e elaboração de relatórios e pareceres;
- Conhecimentos básicos de informática;
- Desempenho de tarefas compatíveis com a função e demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do emprego.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e suas alterações. Política Nacional de Meio Ambiente.
- BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e suas alterações. Estatuto das Cidades.
- BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e suas alterações. Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- BRASIL. Lei nº 12.587 de 03 de janeiro de 2012 e suas alterações. Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9.050.. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Versão corrigida 2021.
- ABNT. Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral. NBR 10.151. Rio de Janeiro: ABNT, 2019. Incluindo Errata publicada em 2020.
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Decreto nº 6.914 de 06 de agosto de 2013 e suas alterações. Alvará de Funcionamento Provisório.
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Lei nº 1.958 de 30 de dezembro de 2005 e suas alterações. Regulamenta a Instalação de Feiras Livres.
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Lei nº 2.679 de 18 de dezembro de 2012 e suas alterações. Dispõe sobre a Realização de Feiras Livres.
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Lei nº 527 de 06 de maio de 1979 e suas alterações. Código de Posturas.
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 016 de 02 de janeiro de 2004 e suas alterações. Plano Diretor (Republicado em 04/11/2014 com as alterações das Leis Complementares nº 026/2005 e nº 143/2014).
- MARIANA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 168 de 07 de setembro de 2017 e suas alterações. Código Ambiental do Município de Mariana.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (MEIO AMBIENTE)

PROGRAMA

Avaliação de Impactos Ambientais: Conceitos fundamentais. Introdução ao Licenciamento Ambiental. Documentos para licenciamento ambiental. Evolução das metodologias de avaliação de impactos ambientais metodologias para identificação. Descrição, qualificação e quantificação de impactos ambientais. Aplicação das técnicas de avaliação de impactos ambientais em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aplicação das fases do licenciamento ambiental (Licença prévia, de instalação e de operação). Metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais aplicados nos Estudos de Impactos Ambientais e seu respectivo relatório (EIA/RIMA).

Sociedade e Meio Ambiente: Ecossistemas urbanos, terrestres e aquáticos; ações antrópicas e dinâmica de solos; qualidade da água nos ecossistemas; aspectos globais da poluição do ar.

Economia para controle ambiental: Noções de economia, microeconomia e macroeconomia. Oferta procura e produção de bens e de serviços e as relações com o meio ambiente. Economia ambiental. Avaliação custo-benefício, análise financeira e viabilidade econômica de projetos ambientais. Métodos de fiscalização e proteção dos recursos naturais. Impacto da globalização da economia. Visão holística do Meio Ambiente.

Tratamento e gestão de Resíduos sólidos: Resíduos sólidos industriais, urbanos e agrícolas: conceitos, classificação, fontes geradoras e impactos ambientais; descrição das principais formas de tratamento de resíduos sólidos: tecnologias convencionais e tecnologias limpas; legislações específicas; gerenciamento de resíduos perigosos e NBR 10004/04; resíduos urbanos, industriais e agrícolas: geração e



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

gerenciamento; estratégias de gerenciamento sob a ótica da minimização: não geração, redução, reutilização e reciclagem; disposição final de resíduos: aterros urbanos e aterros para resíduos perigosos; compostagem de resíduos orgânicos. Elaboração de estudos ambientais para cumprimento de requisitos previstos nos instrumentos legais.

Direito e Legislação Ambiental: Fundamentos do direito ambiental e questões de direito ambiental internacional. O meio ambiente na Constituição Federal. O licenciamento ambiental. Infrações e sanções administrativas. O código florestal e a legislação de proteção da flora. Responsabilidade penal. Condutas tipificadas como crime ambiental. Responsabilidade penal da pessoa natural. Das pessoas jurídicas e dos entes coletivos. Sanções penais à luz da lei de crimes ambientais. Ação civil pública.

Monitoramento Ambiental: Medição e interpretação de parâmetros de qualidade das águas e efluentes industriais, de qualidade do ar e emissões atmosféricas, de resíduos sólidos e de áreas contaminadas. Procedimentos e práticas para amostragens ambientais, e para o monitoramento de aspectos e impactos ambientais na atividade industrial.

Recuperação de Áreas Degradadas: Conceitos de degradação e recuperação; ecologia florestal, restauração de processos ecológicos, procedimentos para recuperação de áreas degradadas.

Educação Ambiental: Fundamentos da Educação Ambiental: educação, educação ambiental (EA), histórico e vertentes da EA; projeto político pedagógico: introdução, elaboração e desenvolvimento do PPP; EA: a implantação e o fazer; EA: não-formal, formal, informal; recomendações em EA: ambientes urbanos e rurais, o papel do educador; EA e a sociedade: construção da racionalidade ambiental.

Química Ambiental: Substâncias tóxicas. Contaminação dos solos. Contaminação radioativa. Impacto dos combustíveis sobre o meio ambiente. Poluição da água doce e marinha. Estudo da camada de ozônio. Efeito Estufa e Aquecimento Global.

Lei Complementar nº 168/2017 – Código Ambiental do Município de Mariana.

Lei Complementar nº 151/2015- Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Lei Complementar nº 016/2004- Republicada com as alterações constantes da Lei Complementar nº 026, de 06/10/2005 e da Lei Complementar nº 143, de 04/11/2014.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR ISO 14001:2004 – Sistemas de gestão ambiental – Especificação e diretrizes para uso.

ABNT NBR ISO 14004:2007 – Sistemas de gestão ambiental.

ABNT - Associação Brasileira de normas técnicas. Resíduos Sólidos - Classificação. NBR 10004. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas para resíduos sólidos. Rio de Janeiro. R. J. 1994.

ANTUNES, P. B. 2006. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 7ª ed. 988p.

BATALHA, Bem-Hur; PARLATORE, A. C. Controle de qualidade da água para consumo humano. CETESB. São Paulo.

BAIRD, C. Química ambiental. Porto Alegre, BOOKMAN, 2002.

BIDONE, F. R. A. Resíduos sólidos provenientes de coletas especiais: eliminação e valorização. Porto Alegre: ABES, 2001.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONJO, J.G.L.; MIERZWA, J.C.; BARROS, M.T.L.; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. Introdução à engenharia ambiental. Editora Pearson. Edição 2. São Paulo (SP), 2010, 318 p.

BRANCO, S. M.; ROCHA, A. A. Elementos de ciências do ambiente. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1987.

BURSZTYN, M. A. A. 1994. Gestão ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: IBAMA. 175p.

CETESB - Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas – 2ª. Ed., 2001.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resoluções CONAMA. Disponível em <http://www.mma.gov.br/conama> FEAM. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Inventário de áreas suspeitas de contaminação e contaminadas do Estado de Minas Gerais. 2011.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 416 p.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Avaliação de Impacto Ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Brasília, 1995.

MMA. 2009. Caderno de Licenciamento Ambiental. Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental /Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

PICHAT, P. A gestão dos resíduos. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998. THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ROMEIRO, AR. Avaliação e Contabilização de Impactos Ambientais. 2004, 400 p. SÁNCHEZ, LE. Avaliação de Impacto Ambiental – Conceitos e Métodos. 2006, 495 p.

Lei Complementar nº 168/2017 – Código Ambiental do Município de Mariana. (Arquivo disponibilizado para download no site / Concurso Público para Provimento de Cargos da Prefeitura Municipal de Mariana).

Lei Complementar nº 151/2015- Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Lei Complementar 016/2004- Republicada com as alterações constantes da Lei Complementar nº 026, de 06/10/2005 e da Lei Complementar nº 143, de 04/11/2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (OBRAS)

PROGRAMA

Desenho técnico: leitura e interpretação de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações e de instalações prediais em geral.

Materiais de construção e solos: características e propriedades dos materiais de construção.

Tecnologia das construções: locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; produção e transporte do concreto; alvenarias; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização.

Planejamento e controle de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços em obras, inclusive de reformas, medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas.

Noções de segurança em obras e higiene do trabalho.

Acessibilidade nas edificações.

Saídas de emergência em edifícios.

Legislação Municipal de Mariana: Plano Diretor e seus anexos; Lei de uso e ocupação do solo; Lei Orgânica.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Lei Complementar nº 168/2017 – Código Ambiental do Município de Mariana

REFERÊNCIAS

Legislação Municipal de Mariana: Plano Diretor e seus anexos; Lei de uso e ocupação do solo; Lei Orgânica.

Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 (versão atualizada).

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7191:1982 - Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678:1983. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050:2021. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12655:2015. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14645: 2011. Elaboração do "como construído" (as built) para edificações (todas as partes)

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento.

AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura.

BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção.

BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções.

MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras.

PFEIL, W. - Estruturas de Madeira.

YAZIGI, W. – A Técnica de Edificar.

Lei Complementar nº 168/2017 – Código Ambiental do Município de Mariana. (Arquivo disponibilizado para download no site / Concurso Público para Provimento de Cargos da Prefeitura Municipal de Mariana).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (TRIBUTOS)

PROGRAMA

O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQN, IPTU e ITBI. Noções básicas de Imposto Territorial Rural. Interpretação e integração das leis tributárias. Administração tributária. Capacidade tributária. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

BRASIL, Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRASIL, Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL, Decreto Federal nº 70.235, de 6 de março de 1972. Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

BRASIL, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

MARIANA, Lei Complementar nº 7, de 2001. Institui o Código Tributário Municipal. Atualizada até a Lei Complementar nº 200, de 2020

SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

SCHOUERI, Luis Eduardo. Direito tributário. São Paulo: Saraiva.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

PROGRAMA

Ética Profissional/Legislação: Código de Ética Profissional do Conselho Federal de Enfermagem, Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/86 (Regulamentada pelo Decreto 94.406/1987), Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), bioética na enfermagem e na área da saúde, direitos dos usuários da área da saúde. Enfermagem em Saúde Pública: Sistema Único de Saúde-SUS: princípios, diretrizes, programas de saúde pública (mulher, criança, idoso), doenças sexualmente transmissíveis (DST), Programa Nacional de Imunização (PNI), doenças de notificação compulsória, prevenção e controle das doenças transmissíveis, doenças crônicas e infectocontagiosas atendidas em saúde pública, educação em saúde. Enfermagem médico-cirúrgica: técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais; higienização; administração de medicamentos nas diferentes vias; coleta de material para exame; limpeza, esterilização e desinfecção de materiais médico-hospitalares; prevenção de infecções hospitalares; biossegurança; manejo de sondas, drenos e tubos; punção venosa; realização de curativos e prevenção de feridas; cuidados com ostomias, cuidados com drenos; posicionamento dos pacientes para exames e procedimentos. Acolhimento com classificação de risco. Cuidados de enfermagem a pacientes com doenças crônicas degenerativas, cuidados paliativos e em oncologia. Cuidados de enfermagem em situações de urgência e emergência (clínicas e cirúrgicas). Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Avançado de Vida (SAV). Cuidados de enfermagem a pacientes críticos. Cuidados de enfermagem ao paciente dialítico. Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. Cuidados de enfermagem à saúde da criança e à saúde da mulher. Saúde mental. Segurança do paciente. Gerenciamento de resíduos.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde; ANVISA - 2017.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2020 para RCP e ACE. Guidelines, 2020.

Atenção em saúde mental. 1ª Edição. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://psiquiatriabh.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Linhauiade-saude-mental.pdf>

ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.

BORGES, Eline Lima et al. Feridas: como tratar. 2ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRASIL. Lei Nº 7.498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26 de junho de 1986. Seção I – fls. 9.273 a 9.275

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecção Sexualmente Transmissíveis. Brasília – DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias. 2ª ed. Amamentação e uso de drogas. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à Saúde do Recém-Nascido: Guia para os profissionais de Saúde. Cuidados Gerais. v.1. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 26. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias. Guia de bolso. 8ª ed. revista. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico: pré-natal e puerpério. Atenção qualificada e humanizada. Série Direitos Sexuais e Direitos reprodutivos-Caderno 5. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo a saúde nos Municípios. 3ª ed. Brasília: 2009, 480 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Brasil. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção clínica das doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais crônicas. Caderno de Atenção Básica, n. 14, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Amamenta Brasil: Os primeiros passos (2007-2011). Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Cadernos de Atenção Básica n. 33. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Aleitamento materno e alimentação complementar. Caderno de Atenção Básica, n. 23. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde. Zoonoses. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica n. 22. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 19. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos Humaniza SUS. Vol. 1. Formação e Intervenção. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2010.

BRASIL. Normas e Regulamentos. NR 32. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª ed. revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF:2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde. Volume único. 3ª ed. Brasília – DF. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação 2022.

BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª ed. 2v



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

COFEN. Resolução Nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

COFEN. Resolução Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. NASI, L. A. Rotinas em pronto-socorro. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde – Representação Brasil. Linhas de Cuidado: Hipertensão Arterial e Diabetes. Brasília, 2010.

MINAS GERAIS. Guia curricular: curso técnico em enfermagem. Vol. I.II.III.IV e V / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte: ESP-MG, 2012.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

PORTARIA nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo e dá outras providências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO AGROPECUÁRIO

PROGRAMA

1. Viveiros para produção de mudas florestais, frutíferas e hortaliças. Tipos de viveiros. Estabelecimento do local do viveiro. Escolha e preparo de substratos para formação das mudas. Recipientes para produção de mudas. Tratos culturais durante a fase de viveiro. Tempo de permanência e definição do tamanho da muda para plantio. Procedimento para endurecimento ou rustificação de mudas florestais. Seleção das mudas para plantio. **2. Fruticultura.** Escolha de variedades. Dimensionamento de população de plantas por hectare. Plantio. Preparo e correção de solo. Fertilizantes e adubação. Podas e condução das plantas. Métodos de controle e manejo integrado de plantas espontâneas, insetos-pragas e doenças nas culturas de abacate, acerola, banana, citros, goiaba, manga, maracujá e graviola. **3. Olericultura.** Escolha de variedades. Planejamento, dimensionamento de hortas e plantio. Preparo e correção de solo. Adubação orgânica e mineral. Insumos alternativos para o controle de pragas e doenças nas principais hortaliças convencionais (alface, almeirão, salsa, tomate, couve, repolho, cenoura, quiabo, jiló, pepino, pimentão, beterraba e inhame), não convencionais (cará-moela, chuchu-de-vento, taioba, ora-Pro-Nóbis, almeirão-de-árvore, açafraão). **4. Grandes culturas.** Preparo e correção de solo. Escolha de variedades. Planejamento da lavoura e plantio. Fertilizantes e adubação. Preparo de caldas para controle químico de plantas espontâneas, insetos-pragas e doenças nas culturas do milho, feijão e cana-de-açúcar. **5. Plantas forrageiras para capineiras.** Seleção e preparação de mudas. Preparo, correção e adubação de solo. Plantio e manejo das culturas de capim Elefante e cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

BORÉM, A.; GALVÃO, J. C. C.; PIMENTEL, M. A. Milho: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2015. 351p.: il.

CARNEIRO, J. E.; PAULA JUNIOR, T. J.; BORÉM, A. (ed.) Feijão: do plantio à colheita. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2015. 384p.: il.

FILGEIRA, F. A. R. Novo manual de Olericultura. Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000. 402p.: il.

FONTES, P. C. R.; NICK, C. (eds.) Olericultura. Teoria e Prática. 2. Ed. Viçosa, MG: UFV, DFT, 2019. 632p.

INFORME AGROPECUÁRIO. A cultura do Eucalipto I, v. 18, n. 185, 1996. Disponível em: <<http://www.epamig.br/download/informe-agropecuário-263-revitalizacao-de-nascentes-para-producao-de-agua-2011/#>>. Acesso em: 3 de jan. 2020.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

INFORME AGROPECUÁRIO. Conservação de alimentos para bovinos, v. 34, n. 277, nov-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.epamig.br/download/informe-agropecuario-277-conservacao-de-alimentos-para-bovinos-2013/#>>. Acesso em: 3 de jan. 2020.

INFORME AGROPECUÁRIO. Cultivo tropical de frutíferas, v. 32, n. 264, set-out. 2011. Disponível em: <<http://www.epamig.br/download/informe-agropecuario-264-cultivo-tropical-de-fruteiras-2011/#>>. Acesso em: 3 de jan. 2020.

INFORME AGROPECUÁRIO. Tecnologias para a agricultura familiar: produção vegetal, v. 31, n. 254, jan-fev. 2010. Disponível em: <<http://www.epamig.br/download/informe-agropecuario-256-tecnologias-para-a-agricultura-familiar-producao-animal-2010/#>>. Acesso em: 3 de jan. 2020.

OLIVEIRA, M. C. et al. **Manual de viveiro e produção de mudas: espécies arbóreas nativas do Cerrado.** Brasília: Editora Rede de Sementes do Cerrado, 2016. 124 p.: 531 fotos; 28 cm. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/141891/1/Manual-de-Viveiro-e-producao-de-mudas.pdf>>. Acesso em: 3 de jan. 2020.

PAULA JUNIOR, T. J.; VENZON, M. (ed.) **101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas.** 2ª ed. Belo Horizonte: EPAMIG, 2019. 920p.: il.

RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZV, V. H. (ed.) **Recomendação para o uso corretivos e fertilizantes em Minas Gerais: 5ª aproximação.** Viçosa, MG: Comissão de Fertilidade do Solo dos Estado de Minas Gerais, 1999, 359p.

SALOMÃO, L. C. C.; SIQUEIRA, D. L.; BORÉM, A. **Abacate: do plantio à colheita.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2019. 219p.: il.

SANTOS, F.; BORÉM, A. **Cana-de-açúcar: do plantio à colheita.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2016. 290p.: il.

SIMÃO, S. **Tratado de Fruticultura.** Piracicaba: FEALQ, 1998. 760p.:il.

SIQUEIRA, D. L.; SALOMÃO, L. C. C.; BORÉM, A. **Manga: do plantio à colheita.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2019. 277p.: il.

SIQUEIRA, D. L.; SALOMÃO, L. C. C.; BORÉM, A. **Citros: do plantio à colheita.** Viçosa, MG: Ed. UFV, 2017. 278p.: il.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE CONTABILIDADE

PROGRAMA

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Capítulo II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemáticas. Suprimento de Fundos, Despesas de Exercícios Anteriores. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Demonstrativos Fiscais - Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Instrumentos de transparência fiscal. Prestações de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal: Métodos com base nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 27 maio. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 11. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2022/114>.

BRUNO, R. M. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CASTRO, D. P. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em:



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

CRUZ, F, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, D. V. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAS GERAIS. Lei complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/LegislacaoEstadual/LEI%20COMPLEMENTAR%20102,%20DE%2017-01-2008.pdf>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 03/2015. Dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tcelegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1136994>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução Normativa do 04/2015 (e suas alterações) - Dispõe sobre a remessa de informações relativas à folha de pagamento de pessoal, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG. Disponível em: <http://tcelegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1137013>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 02/2017. Acrescenta o art.14-A e dá nova redação ao Título V e aos artigos 11, 12 e 13, da Instrução Normativa nº 03/2015, que dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tcelegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1139052>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 04/2017. Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2017. Disponível em: <http://tcelegis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/1139067>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

PROGRAMA

NR3 - EMBARGO OU INTERDIÇÃO; NR4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO; NR5- COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES e Manual da CIPA - NR-5; NR6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI e Manual de Orientação para Especificação das Vestimentas de Proteção contra os Efeitos Térmicos do Arco Elétrico e do Fogo Repentino; NR7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL; NR9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS; NR10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE e Manual de Aplicação na Interpretação e Aplicação da NR-10; NR11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS - Anexo 01 - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de rochas ornamentais; NR 12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS e Cartilha NR-12 - Segurança em Máquinas para Couro e Tratamentos de Efluentes; NR13 - CALDEIRAS, VASOS DE PRESSÃO E



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

TUBULAÇÕES E TANQUES METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO; NR14 - FORNOS; NR15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES – Anexos: 01 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente, Anexo 2 - limites de tolerância para ruídos de impacto, Anexo 3 - limites de tolerância para exposição ao calor, Anexo 5 - radiações ionizantes, Anexo 6 - trabalho sob condições hiperbáricas, Anexo 7 - radiações não-ionizantes, Anexo 8 - vibração, Anexo 9 - frio, Anexo 10 - umidade, Anexo 11 - agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho, Anexo 12 - limites de tolerância para poeiras minerais, Anexo 13 - agentes químicos, Anexo 13A - benzeno, Anexo 14 - agentes biológicos; NR16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS; NR17 - ERGONOMIA - Anexo I - trabalho dos operadores de checkout e Anexo II - trabalho em teleatendimento/telemarketing, Manual de aplicação da NR-17, Ponto de Verificação Ergonômica (Livro Fundacentro), A aplicabilidade e Conceito da ergonomia, as linhas e tipos da Ergonomia. Aplicação, métodos, técnicas e objetivo da ergonomia. Aplicação da Antropometria, biomecânica e atividades musculares. Espaços e Postos de trabalho. Fatores ambientais. Ergonomia e prevenção de acidentes. Informação e operação (informações visuais, uso de outros sentidos, controles e relacionamento entre informação e operação). Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. Equação de NIOSH. Duração, ritmo e carga de trabalho. Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trabalho, tarefa e atividade. Os danos à saúde do trabalhador.; NR18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO; NR19 - EXPLOSIVOS (Explosivos e inflamáveis); NR20 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS; NR21 - TRABALHOS A CÉU ABERTO; NR22 - SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA MINERAÇÃO; NR23 - PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS; Tecnologia e prevenção no combate a sinistro: Propriedade físico-química do fogo. O incêndio e suas causas. Classes de incêndio. Métodos de extinção. Agentes e aparelhos extintores. Extintores de incêndio. Sistemas de prevenção e combate a incêndios. Brigadas de incêndio. Planos de emergência e auxílio mútuo; Sistemas de Prevenção a combate a incêndio e pânico; Proteção contra incêndios e explosões. NR24 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO; NR25 - RESÍDUOS INDUSTRIAIS; NR26 - SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA; NR28 - FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES; NR29 - NORMA REGULAMENTADORA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PORTUÁRIO; NR30 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO AQUAVIÁRIO - Anexo I - pesca comercial e industrial e Anexo II - plataformas e instalações de apoio; NR31 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA; NR32 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE e Guia Técnico de Riscos Biológicos da NR-32; NR33 - SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS e Guia Técnico da NR-33 e Espaços Confinados - Livreto do Trabalhador (Fundacentro); NR34 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E DESMONTE NAVAL; NR35 - TRABALHO EM ALTURA e Manual Consolidado da NR-35, Guia de Boas Práticas para Trabalho em Altura em Atividades Portuárias, Cartilha Segurança em Serviços de Manutenção de Fachadas e Cartilha Trabalho em Altura; NR36 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM EMPRESAS DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS e Manual de Interpretação e Aplicação da NR-36; NR37 - SEGURANÇA E SAÚDE EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO; Legislação e as normas técnicas. Responsabilidade civil e criminal. Política de Segurança e Saúde no Trabalho: planejamento, implementação e operação. Perícia extrajudicial, perícia judicial e laudo pericial. Proteção jurídica. Técnicas de uso de equipamentos de medições. Legislação da Medicina do Trabalho. Legislação específica. Lei n.º 6514, de 22/12/77. Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3214, de 08/06/78 e legislações complementares. Consolidação das Leis do Trabalho. Convenção OIT. Aposentadoria e laudos técnicos. Proteção ambiental: Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem; Proteção ao meio-ambiente; Controle de resíduos e efluentes industriais; Legislação Ambiental. Definição, dispositivos legais, objetivo do perfil profissiográfico previdenciário. A utilização, manutenção e modelo de formulário do perfil profissiográfico previdenciário. Jurisprudências relativas à insalubridade e periculosidade. Transporte de produtos perigosos; Transferência de Produtos Químicos. Avaliação e controle de agentes ambientais. Acidente de trabalho: conceitos, legislação, registro,



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

comunicação, análise e estatística. Prevenção e controle de riscos. Gerenciamento de riscos. Legislação da Medicina do Trabalho. Higiene industrial. Trabalho em atividades perigosas ou penosas. Doenças do trabalho. Sistema de Gestão BS 8800, OHSAS 18001, ISO 14000.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da norma regulamentadora NR17 2ed. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Temas em segurança e saúde no Trabalho - legislação; análise de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, estatísticas. Documentos disponíveis no endereço: <http://portal.mte.gov.br/main.jsp?lumPagelId=FF8080812BD96D6A012BDBB63FCB2830&query=seguran%C3%A7a+e+sa%C3%BAde+no+trabalho>.

CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008, n1ª Ed 6ª reimpressão

CHAVES, J. J. et al. Perfil profissiográfico previdenciário. Belo Horizonte: Folium, 2003.

CLT - Capítulo V do Título II - Segurança e Medicina do Trabalho (atualizada) <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

CONAMA - Resolução 358, de 29/04/2005. https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=815-resolucao-conama-n%C2%BA-358-05-de-29-04-2005-sesmg

DUL, J. e WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

GUÉRIN, F.; et al., A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

LAVILLE, A. Ergonomia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS, Segurança e Medicina do Trabalho. 68ª ed, São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Aposentadoria especial. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2011. 608 p.

ROCHA, J. C. S., Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.

SALIBA, Tuffi Messias; CÔRREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 6. ed. atual. São Paulo: LTr, 2002. 323, [2]p.

<https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>

Ministério do Trabalho e Previdência - Normas Regulamentadoras <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>.

Ministério do Trabalho e Previdência <https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO PROGRAMA

Fundamentos da administração. Organização e técnicas administrativas. Áreas da administração – Financeiro, Recursos Humanos, Marketing, Produção, Operações e logística. Noções de finanças empresariais e práticas. Planejamento conceitos, fundamentos e aplicações. Objetivos, processos, projetos, qualidade. Qualidade em serviço. Hierarquia. Decisões e processo de decisões. Suporte e supervisão. Desempenho. Comunicação. Comunicação organizacional. Departamentalização. Funções



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

organizacionais. Instrumentos gráficos, demonstrativos e planilhas. Serviços de apoio administrativo, rotina, processos de trabalho, organização do trabalho. Departamento de pessoal, conceitos e práticas. Gestão de documentos, redação de documentos, manuais administrativos, formulários, cadastros, editais, ofícios, atas, procurações, requisições, relatórios, cartas, circulares, certidões, minutas, atestados e avisos. Sistemas de informações e noções de informática, conceitos fundamentais, aplicativos MS-Office 2010. Processos empresariais, conceitos e fundamentos. Serviço Público, contextos, conceitos e ambiente institucional. Arquivos. Conceitos, fundamentos e práticas. Noções de patrimônio e inventário, conservação e controle. Gestão de estoques e administração de materiais. Conceitos, práticas, ferramentas, classificação, técnicas de previsão e dimensionamento. Noções de administração pública, serviço público e interpretações de leis.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Felipe; AYRES, Antônio de Pádua Salmeron; SUCUPIRA, Cesar. Gestão de estoques. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2009

CLEMENTE, Ademir et Al. Projetos Empresariais e Públicos. São Paulo. 3ª edição. Ed. Atlas, 2008.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e Métodos. Estudo Integrado orientado a processos de negócios sobre Organizações e Tecnologias da Informação. 4ª Edição. Ed. Atlas, 2013. S.P.

D'Ascensão, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo. Ed. Atlas, 2012

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. O capital Humano nas Organizações. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. ADMINITRAÇÃO – Teoria, processo e prática. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CRUZ, Jabson Tamandaré da; PEREIRA, Leandro. Rotinas de estoque e almoxarifado. Editora Senac, 2015.

FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. Editora Érica. São Paulo. 2014.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Prática de Recursos Humanos PRH. Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo. Ed. Atlas, 2014.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 3ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Brasília, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 4ª. Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalhos de Conclusão de curso. 10ª ed. Atlas. São Paulo. 2016

PAES, Marilena Leite. Arquivo. Teoria e prática. 3ª Ed. 2013.

RIBEIRO, Osiris Mendes; LACOMBE, Francisco José Masset. Gestão e controle do patrimônio. A contabilidade na prática. Ed. Saraiva, 2013. S.P

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: GUARDA MUNICIPAL PROGRAMA

Noções de Direito Constitucional: Constituição; poder constituinte; Constituição brasileira de 1988: princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização dos poderes; defesa do Estado e das instituições democráticas. Direitos Humanos. Direitos e deveres individuais e coletivos.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Noções de Direito Administrativo: Administração Pública; princípios da Administração Pública; organização administrativa; ato administrativo, poderes da Administração; bens públicos; servidor público; processo administrativo. Código de Trânsito Brasileiro. Sistema Único de Segurança Pública. Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Legislação:

MARIANA. Lei Complementar nº 192/11/2019: Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Guardas Civis Municipal de Mariana/MG e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Títulos I, II, III, IV e V.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11/6/2018.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8/8/2014.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23/09/1997.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: GEN-Forense.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: JusPodivm.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: GEN-Atlas

MARIANA. Lei Complementar nº 192/11/2019: Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Guardas Civis Municipal de Mariana/MG e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Títulos I, II, III, IV e V (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm);

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11/6/2018 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm);

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8/8/2014 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm);

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23/09/1997 – Código de Trânsito Brasileiro (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm).



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE PATOLOGIA CLÍNICA

PROGRAMA

Preparo de soluções aplicadas ao laboratório clínico: preparo de soluções tamponadas, corantes, meios de cultura;

Aparelhos fotométricos e espectrofotométricos: conceito, fundamento, Lei de Lambert-Beer;

Esterilização: conceito, utilização, métodos e aparelhos;

Amostras biológicas para o laboratório clínico: tipos, procedimentos e cuidados na obtenção, conservação, transporte, armazenamento, utilização de anticoagulantes específicos, procedimentos e técnicas para processamento de amostras);

Controle de qualidade: Procedimento Operacional Padrão (POP), técnicas do controle de qualidade – regras, recursos, terminologia;

Biossegurança: riscos biológicos em laboratório, boas práticas no laboratório, resíduos de laboratório;

Bioquímica Clínica: fundamentos, valores de referência e principais métodos utilizados nas análises bioquímicas. Avaliação clínico laboratorial de resultados normais e alterados;

Urinálise: testes físicos, químicos, sedimento; estrutura organizada, estruturas granulares ou cristalinas, outros tipos de testes da urina (contagem de Addis, proteína de Bence-jones, proteinúria, Clearance de creatinina);

Bacteriologia: classificação e função dos meios de cultura, métodos de coloração, características morfotintoriais, diagnóstico laboratorial pela bacterioscopia, coprocultura, urocultura, hemocultura e teste de sensibilidade a antimicrobianos;

Imunologia: Utilização e emprego de técnicas sorológicas de precipitação, aglutinação, ensaios líticos, turbidimetria, nefelometria, imunofluorescência e imunoenzimáticas.

Hematologia: distribuição celular no sangue periférico; Volume total, hematócrito, valores hemantimétricos, fórmula leucocitária (testes de avaliação de leucócitos, plaquetas e hemácias, hemograma e sua interpretação); hemostasia, imuno-hematologia.

Parasitologia: nomenclatura e classificação dos parasitas de importância médica, parasitas do sangue e outros tecidos.

REFERÊNCIAS

BIER, Otto. Microbiologia e imunologia. 24. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1985.

BURTIS, Carl A.; ASHWOOD, Edward R. Tietz. Fundamentos da química clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

CAMPBELL, June M.; CAMPBELL, Joe B. Matemática de laboratório: aplicações médicas e biológicas. 3. ed. São Paulo: Rocca, 1986.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

CARVALHO, William de Freitas. Técnicas médicas de hematologia e imuno-hematologia. 7. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 1999.

GOULART, Enio; LEITE, I. Costa Moraes. Parasitologia e micologia humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2000.

HENRY, John Bernard. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. Tood, Sanford, Davidsolhn. 17. ed. São Paulo: Manole LTDA, 1982.

LIMA, A. Oliveira. Métodos de Laboratório aplicados à clinica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

MOURA, Roberto A. de Almeida. Colheita de material para exames de laboratório. São Paulo: Atheneu, 1987.

NAOUM, Paulo César. Eletroforese: técnicas e diagnósticos. 20. ed. São Paulo: Santos, 1999.

NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1983.

STRASINGER, Suzan King. Uroanálise e fluidos biológicos. 3. ed. São Paulo: Médica Panamericana, 2000.

TIETZ, Norbert W. Guia clínica de pruebas do laboratório. Buenos Aires: Médica Panamericana, 1985.

NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

Compreensão e interpretação de textos;

Gêneros e tipos de texto;

Figuras de Sintaxe;

Figuras de Linguagem;

Articulação textual, coesão e coerência textual;

Morfossintaxe;

Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais;

Concordância verbal e nominal;

Regência verbal e nominal;

Crase;

Colocação pronominal;

Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos;

Acentuação gráfica;

Ortografia;

Pontuação;

Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

PROGRAMA

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional (painel de controle); organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).

Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.

Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.

Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.

Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes.

Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Firefox).

Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.

Cloud Computing.

REFERÊNCIAS

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Excel>>

Manuais on-line do Microsoft Word. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/Word>>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint. Disponível em: <<https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br>>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. Disponível em: <<https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>>

Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome>>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>>

Conceitos disponíveis em: <https://conceitos.com/>

Amazon Web Services disponível em: <https://aws.amazon.com/>

TechTudo - <https://www.techtudo.com.br/>

Significados – <https://www.significados.com.br/>

Info Wester - <https://www.infowester.com/>

ATUALIDADES



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

PROGRAMA

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Mariana, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Mariana, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Imprensa escrita, falada, televisiva ou por redes digitais.

Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Mariana: <http://www.mariana.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Mariana: <http://camarademariana.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Mariana:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/>

Sítio eletrônico do Instituto Estrada Real: <http://www.institutoestradareal.com.br/cidades/mariana/47>

Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Mariana: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipiomariana.html>

<https://www.guiaviagensbrasil.com/blog/guia-completo-das-cidades-historicas-de-minas-gerais/>

LEGISLAÇÃO

PROGRAMA

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto dos Servidores e o Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo municipal. Lei Orgânica Municipal. Leis Municipais. Constituição do Estado de Minas Gerais. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

MARIANA. Lei Complementar nº 005/2001: Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariana.

MARIANA. Lei Orgânica do Município: Título III: "O Município": arts. 8º ao 119

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de 1989: Título II: "Dos Direitos e Garantias Fundamentais"; Título III: "Do Estado": arts. 6º ao 51.

BRASIL. Constituição da República: Título I: "Dos Princípios Fundamentais": art. 1º ao 4º; Título II: "Dos Direitos e Garantias Fundamentais": art. 5º, 7º, 12º e 13º; Título III: "Da Organização do Estado": arts. 29 ao 31 e art. 37.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (APENAS PARA CARGOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO)

PROGRAMA

1. Base Nacional Comum Curricular: fundamentos pedagógicos, estrutura e as competências gerais



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

2. Currículo Referência de Minas Gerais - Educação Infantil e Ensino Fundamental
3. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 - Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
4. Lei Complementar nº 194, de 06 de dezembro de 2019 - Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos profissionais da Educação do Município de Mariana.
5. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
6. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
7. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação.
8. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
9. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>.

Acesso em: 28 set. 2021

_____. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 28 set. 2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 28 set. 2021.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 set. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2021.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

MARIANA (MG). Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 194, de 06 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos profissionais da EDUCAÇÃO do Município de Mariana e dá outras providências. Disponível em: http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1_196_12-12-2019.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**. SEE/MG, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ac2_Bg9oDsYet5WhxzMIreNtzy719UMz/view. Acesso em: 28 set. 2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ADVOGADO

PROGRAMA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Complementar nº 151/2015- Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências. Lei Complementar nº 016/2004- Republicada com as alterações constantes da Lei Complementar nº 026, de 06/10/2005 e da Lei Complementar nº 143, de 04/11/2014.

REFERÊNCIAS

Lei Complementar nº 151/2015- Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Lei Complementar nº 016/2004- Republicada com as alterações constantes da Lei Complementar nº 026, de 06/10/2005 e da Lei Complementar nº 143, de 04/11/2014.

DIREITO CONSTITUCIONAL: Teoria da Constituição. Teoria das Normas e Princípios Fundamentais. Teoria dos Direitos Fundamentais e Direitos Individuais; Direitos Sociais e Direito de Nacionalidade. Direitos Políticos e Partidos Políticos. Controle de Constitucionalidade. Organização do Estado Brasileiro. Organização dos Poderes e Funções Essenciais à Justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República de 1988.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. Salvador: Editora JusPodivm.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública: princípios. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Serviços públicos: conceitos e princípios, concessão, permissão e autorização. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, anulação, revogação, convalidação, discricionariedade e vinculação. Organização administrativa: administração direta e indireta, centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Licitação: conceito, objeto, finalidades, princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, modalidades e tipos. Contratos administrativos: conceito, características, rescisões e sanções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.

DIREITO TRIBUTÁRIO: Sistema Tributário Nacional: disposições gerais, competência tributária, limitações da competência tributária, competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios, competência residual. Princípios jurídicos da tributação: legalidade, anterioridade, igualdade,



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

capacidade contributiva, vedação ao confisco. Tributo: conceitos e espécies; classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais. Funções dos tributos. Vigência e aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: principal e acessória. Fato gerador; sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade. Capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: constituição, lançamento, extinção, exclusão, garantias e privilégios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 5.712, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário. Salvador: JusPodivm.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação. Das partes e dos procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e procuradores. Do litisconsórcio e da assistência. Do processo e do procedimento: dos procedimentos ordinários e sumário. Do procedimento ordinário: da petição inicial, requisitos, pedido e indeferimento. Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Da revelia. Do julgamento conforme o estado do processo. Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; prova documental e testemunhal. Da audiência: da conciliação, da instrução e do julgamento. Da sentença e da coisa julgada. Da liquidação e do cumprimento de sentença. Da ação rescisória. Dos recursos: das disposições gerais. Apelação; agravos e embargos de declaração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil.

DIDIER JR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Curso de direito processual civil. Salvador: Jus Podivm.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. De acordo com a Lei nº 13.256 de 04.02.2016. Salvador: Editora JusPodivm.

DIREITO AMBIENTAL: Princípios do Direito Ambiental. A Constituição da República de 1988 e o meio ambiente. O estudo de impacto ambiental e a Administração Pública. Licenciamento Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Atlas.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

DIREITO URBANÍSTICO: Cidade e urbanismo: cidade, urbanismo, direito urbanístico, urbanização e urbanificação. Política urbana: direito positivo, sentido, objetivos e competência. Diretrizes gerais da política urbana: do solo urbano, planejamento urbanístico. Instrumentos da política urbana: parcelamento, edificação e utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação urbanística sancionatória, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir. Plano diretor.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

PROGRAMA

O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQN, IPTU e ITBI. Fontes de Direito Tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Norma geral antielisão. Fato gerador. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. Simples Nacional. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal. Certidão de Dívida Ativa. Execução Fiscal. Súmulas, enunciados e informativos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

BRASIL, Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

BRASIL, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL, Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL, Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

BRASIL, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

MARIANA, Lei Complementar nº 7, de 2001. Institui o Código Tributário Municipal. Atualizada até a Lei Complementar nº 200, de 2020.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito tributário. São Paulo: Saraiva.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: BIÓLOGO

PROGRAMA

Evolução: origem das espécies, mecanismos evolutivos, filogenia e a diversidade biológica; Diversidade biológica: bactéria, archaea, protistas, fungos, vegetais e animais; Forma e função das plantas e dos animais; Ecologia de populações, de comunidades e de ecossistemas; Ameaças à diversidade biológica; Ecologia da restauração; Biologia da conservação; Manejo da arborização urbana; Métodos de estudo e coleta de dados em trabalhos ecológicos e ambientais; Degradação e impacto ambiental; Controle de vetores e manejo integrado de pragas; Avaliação de impactos ambientais; Parâmetros e indicadores da qualidade ambiental; Limnologia; Planejamento e gerenciamento de recursos hídricos; Controle e



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

monitoramento da qualidade da água; Controle ambiental e padrões de lançamento de efluentes; Tratamento de efluentes; Microbiologia ambiental; Diversidade microbiana e o tratamento de água e esgoto; Microrganismos e a qualidade da água; Política Nacional de Educação Ambiental; Política Nacional de Meio Ambiente; Código Ambiental do Município de Mariana.

REFERÊNCIAS

PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021 - Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>)

Companhia Energética de Minas Gerais. Manual de Arborização Urbana. Belo Horizonte: Cemig – Fundação Biodiversitas, 2011 (<https://www.cemig.com.br/wp-content/uploads/2020/10/manual-arborizacao-cemig-biodiversitas.pdf>).

Cullen, L., Rudran, R., & Valladares-Padua, C. Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. 2ª ed, Curitiba, Editora UFPR, 2006.

Dezotti, M. Processos e técnicas para o controle ambiental de efluentes líquidos. Rio de Janeiro, E-Papers, 2008.

Rocha, C.F.D., Bergallo, H.G., Van Sluys, M.; Alves, M.A.S. Biologia da Conservação: Essências. São Carlos: RiMa, 2006.

Reece, J. B., Wasserman, S. A., Urry, L. A., Cain, M. L., Minorsky, P. V., & Jackson, R. B. Biologia de Campbell, 10ª ed, Porto Alegre, Artmed Editora, 2015.

Ricklefs, R. & Relyea, R. A economia da natureza. 7ª ed, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2018.

Sánchez, LE. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 3ª ed. atual. e aprimorada. São Paulo, Oficina de Textos, 2020.

Tortora, GJ., Funke, BR., Case, CL. Microbiologia, 12 ed., Porto Alegre, Artmed, 2017.

Tundisi, JG. & Tundisi, TM. Limnologia. São Paulo, Oficina de Textos, 2008.

Lei Complementar no 168 de 07 de novembro de 2017. Institui o Código Ambiental do Município de Mariana.

Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e suas atualizações. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)

Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981 e suas atualizações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. (<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/zoonose/manual-zoonoses-normas-2v-7julho16-site.pdf/view>)

Neves, D. P. Parasitologia humana. 13ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTADOR

PROGRAMA

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Capítulo II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação,



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemáticas. Suprimento de Fundos, Despesas de Exercícios Anteriores. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e Metodologias Existentes. Auditoria governamental. Auditoria interna: Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Demonstrativos Fiscais - Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceituação, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Transparência no setor público. Acesso à informação. Instrumentos de transparência fiscal. Fundamentos sobre controle, controle interno e controle externo na administração pública. Prestações de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos. Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais de Direito Tributário. Competência tributária. Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Contribuições Especiais e Empréstimos Compulsórias. Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ); imposto de renda retido na fonte (IRRF); imposto sobre serviços (ISS); retenção contribuição previdenciária (INSS). Taxas e tarifas. Obrigações Acessórias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal: Métodos com base nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988.

BRASIL. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9580.htm#art4.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

BRASIL. Lei nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 27 maio. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Recuperado em 26 dezembro 2016, de <https://goo.gl/YjejLq>.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 11. ed. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2022/114>.

BRASIL. Ministério da Transparência de Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 9, de 09 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44939745/do1-2018-10-11-instrucao-normativa-n-9-de-9-de-outubro-de-2018-44939518.

BRASIL. Ministério da Transparência de Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19111706/do1-2017-06-12-instrucao-normativa-n-3-de-9-de-junho-de-2017-19111304.

BRASIL. Ministério da Transparência de Controladoria-Geral da União. Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/lai/auditoria/ciset/manuais-normativos-e-pop/manual_orient_tecnica_atividade_auditoria_interna_governamental.pdf.

CARVALHO NETO, A. A.; DE FREITAS, C. A. S.; CRUZ, I. B.; AKUTSU, L. Auditoria governamental. Tribunal de Contas da União: Brasília, 2011. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>.

BRUNO, R. M. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

CASTRO, D. P. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em:

<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>.

CHAVES, R. S. Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos - com jurisprudência do TCU. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, F, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LIMA, D. V. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, D.; CASTRO, R. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial: com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, 2012. Disponível em:

http://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf.

MINAS GERAIS. Lei complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/LegislacaoEstadual/LEI%20COMPLEMENTAR%20102,%20DE%2017-01-2008.pdf>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 03/2015. Dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclgis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1136994>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução Normativa do 04/2015 (e suas alterações) - Dispõe sobre a remessa de informações relativas à folha de pagamento de pessoal, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG. Disponível em: <http://tclgis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1137013>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 02/2017. Acrescenta o art.14-A e dá nova redação ao Título V e aos artigos 11, 12 e 13, da Instrução Normativa nº 03/2015, que dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclgis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1139052>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 04/2017. Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2017. Disponível em: <http://tclgis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/1139067>.

PINTO, H. G. Guia para Normas de Controle Interno. Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília, v. 19, n. 19, p. 55-72, jan. 1993.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Instrução Normativa nº 971, de 13 de novembro de 2009 (e suas alterações). Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15937>.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Legislação sobre imposto de renda retido na fonte. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/acesso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/dirf>.

SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENFERMEIRO

PROGRAMA

Ética e Legislação do exercício profissional. Epidemiologia e vigilância em saúde. Saúde da família: estratégia de organização da atenção básica. Programa nacional de imunização. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Aspectos técnicos da assistência de enfermagem: princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa, ao tratamento de feridas e prevenção de lesões cutâneas. Diagnóstico e planejamento da assistência de enfermagem: conceito, finalidade e organização, recursos humanos, recursos materiais, relacionamento humano e profissional, supervisão e liderança, trabalho em equipe, educação continuada em enfermagem, administração da assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher, adulto, idoso e saúde mental. Assistência de enfermagem ao indivíduo em situação de urgência / emergência. Assistência de enfermagem na atenção e controle das doenças infecciosas e contagiosas. Biossegurança: prevenção e controle da população microbiana. Segurança do paciente. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS). Saúde mental.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde; ANVISA - 2017.

AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2020 para RCP e ACE. Guidelines, 2020.

Atenção em saúde mental. 1ª Edição. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://psiquiatriabh.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Linha-uiade-saude-mental.pdf>

ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.

ASPERHEIM, M.K. Farmacologia para enfermagem. 11ª ed. Elsevier, 2009.

BARROS, Alba L. B. et al. Anamnese e exame físico – Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. Artmed, 2010.

BORGES, Eline Lima et al. Feridas: como tratar. 2ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.

BRASIL. Lei Nº 7.498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26 de junho de 1986. Seção I – fls. 9.273 a 9.275.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às pessoas com Infecção Sexualmente Transmissíveis. Brasília – DF. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias. 2ª ed. Amamentação e uso de drogas. Brasília, 2010.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à Saúde do Recém-Nascido: Guia para os profissionais de Saúde. Cuidados Gerais. v.1. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 26. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias. Guia de bolso. 8ª ed. revista. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. Orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações. Brasília-DF, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico: pré-natal e puerpério. Atenção qualificada e humanizada. Série Direitos Sexuais e Direitos reprodutivos-Caderno 5. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo a saúde nos Municípios. 3ª ed. Brasília: 2009, 480 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção clínica das doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais crônicas. Caderno de Atenção Básica, n. 14, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Amamenta Brasil: Os primeiros passos (2007-2011). Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Cadernos de Atenção Básica n. 33. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Aleitamento materno e alimentação complementar. Caderno de Atenção Básica, n. 23. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde. Zoonoses. Série B. Textos Básicos de Saúde. Cadernos de Atenção Básica n. 22. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica n. 19. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos Humaniza SUS. Vol. 1. Formação e Intervenção. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2010.
- BRASIL. Normas e Regulamentos. NR 32. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª ed. revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF:2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de Vacinação 2019.
- BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª ed. 2v.
- COFEN. Resolução Nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.
- COFEN. Resolução Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- COFEN. Resolução Nº 0544/2017. Consulta de enfermagem. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM.
- Resolução COFEN Nº 293/2004. Fixa e Estabelece Parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nas Unidades Assistenciais das Instituições de Saúde e Assemelhados. Brasília, DF: 2004.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. Legislação e Normas, v. 13, n. 1. 2013.
- KURCGANT, Paulina. Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 2003.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

NASI, L. A. Rotinas em pronto-socorro. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde – Representação Brasil. Linhas de Cuidado: Hipertensão Arterial e Diabetes. Brasília, 2010.

SILVA, M. T. et al, Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. 3ª ed. São Paulo: Martinari, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO AMBIENTAL

PROGRAMA

- Fundamentos de Química, Biologia, Hidráulica, Hidrologia e Hidrogeologia.
- Impacto ambiental: Identificação, causas e consequências. Previsão e indicadores. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Avaliação de impacto ambiental (AIA).
- Poluição ambiental: água, ar e solo. Parâmetros e padrões de qualidade.
- Saneamento básico: Abastecimento de água. Esgotamento sanitário. Drenagem pluvial. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e industriais.
- Sistema de Gestão ambiental: Plano de Gestão Ambiental. Medidas mitigadoras e compensatórias. Análise e prevenção de riscos. Plano de monitoramento. Auditoria e perícia ambiental.
- Saneamento, meio ambiente e saúde pública. Doenças, modos de transmissão e medidas de prevenção. Controle de vetores.
- Legislação ambiental, florestal e de recursos hídricos: Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Licenciamento ambiental. Outorga de direito de uso das águas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 14.001. Sistema de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. Terceira edição. ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 10.004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.

BRAGA B., HESPANHOL I., CONEJO J.G.L., MIERZWA J.C. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 2ed. São Paulo. Prentice Hall. 2005.

BRASIL. *Manual de Saneamento*. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. 4ed. Brasília: Funasa, 2015. 642 p.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (até última atualização, dada pela Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018).

BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (até última atualização, dada pela Lei nº 14.066, de 2020).

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (até última atualização, dada pela Lei nº 14.285, de 2021).

DERISIO J.C. *Introdução ao controle de poluição ambiental*. 2ed. São Paulo: Signus Editora; 2000.

HELLER, L.; PÁDUA, V.L. *Abastecimento de água para consumo humano*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 859p.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016 (até última atualização, dada pela Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017)

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017 (até última atualização, dada pela Deliberação Normativa COPAM nº 240, de 29 de janeiro de 2021).

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº1, de 05 de maio de 2008.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

MOTA, S. *Introdução à engenharia ambiental*. 4ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. 2006.

SÁNCHEZ, L. E. *Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

TSUTIYA M.T. E ALEM SOBRINHO P. *Coleta e transporte de esgotos sanitários*. 3 ed. – São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2011. 548p.

von SPERLING. M. *Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos*. Volume 1., 4ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. 472 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 1).

von SPERLING. M. *Estudos e modelagem da qualidade da água de rios*. Volume. 7., 2ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 588 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 7).

As normativas indicadas estão disponíveis em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/Consulta.do_e e <http://legislacao.presidencia.gov.br>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO CIVIL

PROGRAMA

Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia.

Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais.

Tecnologia das construções: locação de obra; escavações e contenções; fundações rasas e profundas; formas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; estruturas de concreto; estruturas metálicas; estruturas de madeira; alvenarias, inclusive estruturais; revestimentos; pisos; sistemas de impermeabilização; coberturas; instalações hidráulicas e sanitárias.

Planejamento, execução e fiscalização de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços, inclusive de reformas; medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas.

Manifestações patológicas das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e as consequências das deficiências das construções; sinistros na construção civil.

Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos.

Elementos de mecânica estrutural: reconhecimento de tipos e de componentes das estruturas; tensão, deformação, propriedades mecânicas dos materiais, sistemas de carregamento.

Dimensionamento de estruturas.

Noções de segurança em obras e higiene do trabalho.

Desempenho nas edificações habitacionais.

Acessibilidade nas edificações.

Saídas de emergência em edifícios.

Segurança contra incêndios.

B.I.M. na construção civil.

Legislação Municipal de Mariana: Plano Diretor; Lei Orgânica; Parcelamento, uso e ocupação do solo.

REFERÊNCIAS



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Legislação Municipal de Mariana: Plano Diretor; Lei Orgânica; Parcelamento, uso e ocupação do solo. Legislação estadual referente à segurança contra incêndio e pânico - Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais (circulares, decretos, instruções técnicas, leis e portarias)

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto. 2014

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6122 - Projeto e execução de fundações. 2021

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7211 - Agregados para concreto - Especificação. 2019

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678. Segurança na execução de obras e serviços de construção. 1983

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 8800. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. 2008

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2021

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios. 2001

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12655. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento. 2015

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12821. Preparação de concreto em laboratório - Procedimento. 2009

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 13133. Execução de levantamento topográfico. 2021

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14931. Execução de estruturas de concreto - Procedimento. 2004

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 15575 - Edificações Habitacionais - Desempenho. 2021

ALONSO, U. R. - Exercícios de Fundações.

AMBROZEWICZ, P. H. L. - Materiais de Construção.

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento.

AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura.

BADRA, P. A. L - Guia prático de orçamento de obras : do escalímetro ao B.I.M.

BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção.

BELLEI, I. H. - Edifícios de múltiplos andares em aço.

BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções.

BOTELHO, M. H. C. - Concreto Armado Eu te Amo.

BORGES, A. C.- Topografia aplicada à Engenharia Civil.

BOTELHO, M. H. C. - Manual de Primeiros Socorros do Engenheiro e do Arquiteto.

CREDER, H. - Instalações Hidráulicas e Sanitárias.

EASTMAN C. Manual de BIM : um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores-

HIBBELER, R.C. - Resistência dos Materiais.

LEET, K. M - Fundamentos da análise estrutural.

MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras.

MARCELLI, M. Sinistros na Construção Civil.

PFEIL, W. - Estruturas de Madeira.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

RAMALHO, M. A. - Projeto de edifícios de alvenaria estrutural.

REBELLO, Y. C.P. Fundações: guia prático de projeto, execução e dimensionamento.

REBELLO, Y. C. P. A Concepção Estrutural e a Arquitetura.

RIBEIRO, C. C - Materiais de Construção Civil.

RIPPER, T. - Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto.

ROSSIGNOLO, J. A. - Concreto Leve Estrutural.

SALGADO, J. - Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação.

TUTIKIAN, B. F. - Concreto auto-adensável.

THOMAS, E. - Trincas em Edifícios: Causas, Prevenção e Recuperação.

YAZIGI, W. – A Técnica de Edificar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

PROGRAMA

NR3 - **EMBARGO OU INTERDIÇÃO**; NR4 - **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO**; NR5- **COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES** e **Manual da CIPA - NR-5**; NR6 - **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI** e **Manual de Orientação para Especificação das Vestimentas de Proteção contra os Efeitos Térmicos do Arco Elétrico e do Fogo Repentino**; NR7 - **PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**; NR9 - **PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**; NR10 - **SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE** e **Manual de Aplicação na Interpretação e Aplicação da NR-10**; NR11 - **TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS** - Anexo 01 - Regulamento técnico de procedimentos para movimentação, armazenagem e manuseio de chapas de rochas ornamentais; NR 12 - **SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS** e **Cartilha NR-12 - Segurança em Máquinas para Couro e Tratamentos de Efluentes**; NR13 - **CALDEIRAS, VASOS DE PRESSÃO E TUBULAÇÕES E TANQUES METÁLICOS DE ARMAZENAMENTO**; NR14 - **FORNOS**; NR15 - **ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES** – Anexos: 01 - **limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente**, Anexo 2 - **limites de tolerância para ruídos de impacto**, Anexo 3 - **limites de tolerância para exposição ao calor**, Anexo 5 - **radiações ionizantes**, Anexo 6 - **trabalho sob condições hiperbáricas**, Anexo 7 - **radiações não-ionizantes**, Anexo 8 - **vibração**, Anexo 9 - **frio**, Anexo 10 - **umidade**, Anexo 11 - **agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho**, Anexo 12 - **limites de tolerância para poeiras minerais**, Anexo 13 - **agentes químicos**, Anexo 13A - **benzeno**, Anexo 14 - **agentes biológicos**; NR16 - **ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS**; NR17 - **ERGONOMIA** - Anexo I - **trabalho dos operadores de checkout** e Anexo II - **trabalho em teleatendimento/telemarketing**, **Manual de aplicação da NR-17, Ponto de Verificação Ergonômica (Livro Fundacentro)**; NR18 - **CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**; NR19 - **EXPLOSIVOS**; NR20 - **SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS**; NR21 - **TRABALHOS A CÉU ABERTO**; NR22 - **SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA MINERAÇÃO**; NR23 - **PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS**; NR24 - **CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO**; NR25 - **RESÍDUOS INDUSTRIAIS**; NR26 - **SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA**; NR28 - **FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**; NR29 - **NORMA REGULAMENTADORA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PORTUÁRIO**; NR30 - **SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO AQUAVIÁRIO** - Anexo I - **pesca comercial e industrial** e Anexo II - **plataformas e instalações de apoio**; NR31 - **SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA AGRICULTURA, PECUÁRIA SILVICULTURA, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E AQUICULTURA**; NR32 - **SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE** e **Guia Técnico de Riscos Biológicos da NR-32**; NR33 - **SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS** e **Guia Técnico da NR-33** e **Espaços Confinados - Livro do Trabalhador (Fundacentro)**; NR34 - **CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, REPARAÇÃO E DESMONTE NAVAL**; NR35 - **TRABALHO EM ALTURA** e **Manual Consolidado**



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

da NR-35, Guia de Boas Práticas para Trabalho em Altura em Atividades Portuárias, Cartilha Segurança em Serviços de Manutenção de Fachadas e Cartilha Trabalho em Altura; NR36 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM EMPRESAS DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS e Manual de Interpretação e Aplicação da NR-36; NR37 - SEGURANÇA E SAÚDE EM PLATAFORMAS DE PETRÓLEO: Legislação e as normas técnicas. Responsabilidade civil e criminal. Política de Segurança e Saúde no Trabalho: planejamento, implementação e operação. Perícia extrajudicial, perícia judicial e laudo pericial. Proteção jurídica. Técnicas de uso de equipamentos de medições. Legislação da Medicina do Trabalho. Legislação específica. Lei n.º 6514, de 22/12/77. Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3214, de 08/06/78 e legislações complementares. Consolidação das Leis do Trabalho. Convenção OIT. Aposentadoria e laudos técnicos. Aposentadoria especial. Critério de caracterização. Aposentadoria especial por ruído. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho. Proteção ambiental: Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem; Proteção ao meio-ambiente; Controle de resíduos e efluentes industriais; Legislação Ambiental. Definição, dispositivos legais, objetivo do perfil profissiográfico previdenciário. A utilização, manutenção e modelo de formulário do perfil profissiográfico previdenciário. Tecnologia e prevenção no combate a sinistro: Propriedade físico-química do fogo. O incêndio e suas causas. Classes de incêndio. Métodos de extinção. Agentes e aparelhos extintores. Extintores de incêndio. Sistemas de prevenção e combate a incêndios. Brigadas de incêndio. Planos de emergência e auxílio mútuo; Sistemas de Prevenção a combate a incêndio e pânico; Proteção contra incêndios e explosões. Explosivos e inflamáveis. Riscos ambientais. Jurisprudências relativas à insalubridade e periculosidade. Transporte de produtos perigosos; Transferência de Produtos Químicos. Avaliação e controle de agentes ambientais. Acidente de trabalho: conceitos, legislação, registro, comunicação, análise e estatística. Prevenção e controle de riscos. Gerenciamento de riscos. Legislação da Medicina do Trabalho. Higiene industrial. A aplicabilidade e Conceito da ergonomia, as linhas e tipos da Ergonomia. Aplicação, métodos, técnicas e objetivo da ergonomia. Aplicação da Antropometria, biomecânica e atividades musculares. Espaços e Postos de trabalho. Fatores ambientais. Ergonomia e prevenção de acidentes. Informação e operação (informações visuais, uso de outros sentidos, controles e relacionamento entre informação e operação). Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. Equação de NIOSH. Duração, ritmo e carga de trabalho. Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trabalho, tarefa e atividade. Os danos à saúde do trabalhador. Trabalho em atividades perigosas ou penosas. Doenças do trabalho. Sistema de Gestão BS 8800, OHSAS 18001, ISO 14000.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da norma regulamentadora NR17 2ed. Brasília: 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Temas em segurança e saúde no Trabalho - legislação; análise de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, estatísticas. Documentos disponíveis no endereço: <http://portal.mte.gov.br/main.jsp?lumPageId=FF8080812BD96D6A012BDBB63FCB2830&query=seguran%C3%A7a+e+sa%C3%BAde+no+trabalho>.

CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008, n1ª Ed 6ª reimpressão

CHAVES, J. J. et al. Perfil profissiográfico previdenciário. Belo Horizonte: Folium, 2003.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

CLT - Capítulo V do Título II - Segurança e Medicina do Trabalho (atualizada)
<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

CONAMA - Resolução 358, de 29/04/2005.
https://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=815-resolucao-conama-n%C2%BA-358-05-de-29-04-2005-sesmg

DUL, J. e WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

GUÉRIN, F.; et al., A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

LAVILLE, A. Ergonomia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS, Segurança e Medicina do Trabalho. 68ª ed, São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Aposentadoria especial. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2011. 608 p.

ROCHA, J. C. S., Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.

SALIBA, Tuffi Messias; CÔRREA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 6. ed. atual. São Paulo: LTr, 2002. 323, [2]p.

<http://www.sinaees-sp.org.br/arq/mtegat.pdf>

<https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>

Ministério do Trabalho e Previdência - Normas Regulamentadoras <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>

Ministério do Trabalho e Previdência <https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FARMACÊUTICO

PROGRAMA

Gestão da assistência farmacêutica municipal

Ciclo da assistência farmacêutica

Política de assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde

Gestão Técnica e Clínica do Medicamento



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Segurança de Medicamentos

Farmacotécnica : formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi-sólidas e parenterais: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, acondicionamento , estabilidade.

Farmacoterapia:

- ✓ Farmacocinética
- ✓ Farmacologia do sistema nervoso central, autônomo e periférico
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia na hipertensão
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia na insuficiência cardíaca
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia da osteoporose.
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia na dislipidemia
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia no diabetes
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia dos distúrbios tireoideanos
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia na tuberculose, hanseníase, leishmaniose Farmacologia e farmacoterapia nas doenças infecciosas agudas em atenção primária.
- ✓ Farmacologia e farmacoterapia na asma e doença pulmonar obstrutiva crônica Anticoncepção hormonal
- ✓ Reações adversas a medicamentos.

Uso racional de medicamentos

Farmacoe epidemiologia

REFERÊNCIAS

AULTON ME, TAYLOR KMG . Delineamento de Formas Farmacêuticas. 4 ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2016,872 p.

BERMUDEZ, J. A. Z et al . Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade Ciênc. saúde coletiva, Riode Janeiro , v. 23, n. 6, p. 1937-1949, June 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601937&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Serviços farmacêuticos técnico-gerenciais: operacionalização e prática nos municípios. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2020. Disponível em < https://assistencia-farmaceutica-ab.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/02/AF_na_gestao_municipal_nivel_superior_vol3.pdf> Acesso em : 22 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA . Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016, 200p. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf> Acesso em : 22 fev. 2022.

CORRER, C J; OTUKI, M F; SOLER, O. Assistência farmacêutica integrada ao processo de cuidado em saúde: gestão clínica do medicamento. Revista Pan-Amazônica de Saúde (Online), v. 2, p. 41-49, 2011. Disponível em < http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232011000300006&lng=pt&nrm=iso > Acesso em : 22 fev. 2022.

GOMEZ R, TORRES ILS . Farmacologia Clínica . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 43 8 p.FUCHS, F D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.833 p.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS . Desafio global de segurança do paciente medicação sem danos. 2018 . Disponível em <https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2018/02/ISMP_Brasil_Desafio_Global.pdf> Acesso em : 22 fev. 2022.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

PONTAROLLI, D.R.S.; MORETONI, C.B.; ROSSIGNOL, P. A organização da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Direito à Saúde. Para entender a gestão do SUS -2015. Brasília: CONASS; 2015. Disponível em: < http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_3B.pdf > Acesso em : 22 fev. 2022.

STORPIRTIS, S.; GAI, N.M.; CAMPOS, D.R.; GONÇALVES, J.E. Farmacocinética: básica e aplicada . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, 222 p

VIEIRA, F.S. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. v.27 , p.149-156, 2010. Disponível em :< [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/is_digital/is_0210/pdfs/IS30\(2\)034.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/is_digital/is_0210/pdfs/IS30(2)034.pdf)> Acesso em : 22 fev. 2022.

YANG, Yi; WEST-STRUM, D. Compreendendo a farmacoepidemiologia. Porto Alegre: AMGH, 2013. 19

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: GEÓGRAFO

PROGRAMA

Os conceitos e as categorias da geografia; biogeografia: história, desenvolvimento e aplicação; o campo e a cidade e seus problemas sociais e ambientais contemporâneos (conflito no campo, reforma agrária, agronegócio etc.); a problemática ambiental global (a água, o aquecimento global, a problemática do lixo e a destruição das florestas); gestão da água e do território (águas oceânicas e continentais e os impactos ambientais relacionados à água); as representações do espaço geográfico; geografia da população; os fenômenos migratórios no contexto nacional e global; as geopolíticas do século XX e XXI; a globalização, as ações das transnacionais e os impactos sobre os lugares e os territórios; as grandes potências globais dos séculos XX e XXI; as relações de poder e os processos de territorialização e desterritorialização na história: colonização, descolonização, neocolonialismo, imperialismo, conflitos étnicos e religiosos; As mudanças no mundo do trabalho no passado e no presente, em escalas global e nacional; o território brasileiro: do meio natural ao meio técnico-científico-informacional; aspectos da geografia física, humana e econômica do Brasil; análise gráfica e cartográfica em geografia: cartografia básica, cartografia temática, a representação cartográfica (mapas, escalas, imagens de satélite, fotografias aéreas, análise de mapas temáticos, gráficos, tabelas etc.), as diferentes formas de regionalizar o espaço brasileiro; educação ambiental e geografia; elementos do saneamento ambiental no Brasil e no mundo, em perspectiva histórica; a estrutura geológica da Terra, evolução e formas de relevo. relações entre tipos de clima, vegetação, hidrografia, solo e relevo; os climas do mundo e do Brasil e suas alterações (clima urbano, inversão térmica, chuva ácida); os solos do mundo e do Brasil; recursos minerais e energéticos no Brasil e no mundo e os impactos ambientais e sociais; conservação e utilização de recursos naturais; desenvolvimento e meio ambiente no Brasil e no mundo; a globalização e a formação da economia no mundo: história da indústria e a sociedade de consumo; geografia do transporte, do comércio e da circulação; domínios morfoclimáticos mundiais e brasileiros e os impactos ambientais; o mundo do trabalho: passado, presente, futuro; povos tradicionais no Brasil e no mundo; movimentos sociais e direitos dos cidadãos na cidade e no campo; os processos de urbanização e industrialização no mundo e no Brasil: passado, presente e perspectivas para o futuro; o espaço rural, em uma perspectiva histórica (desenvolvimento agrícola e agrário) e os conflitos no campo brasileiro. A geografia do turismo, no contexto brasileiro. A problemática urbana no contexto neoliberal. A relação geografia e saúde no século XXI.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil - potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

ALENTEJANO, P. R. R. & TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. In: **Terra Livre**. São Paulo Ano 34, Vol.1, n. 52 p. 190-233. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1620-4448-1-PB.pdf>

ALMADA, J. A. B. de. A teoria dos dois circuitos da economia urbana, aplicada ao turismo a partir do Brasil. in: **Revista Terra Livre**. São Paulo. Ano 35. Vol. 1. Número 54. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1632/1586> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo Editorial. 2000.

____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>

____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. in: estudos avançados 28 (81), 2014. 15 p. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>

BAPTISTA, E. A. Detecção de clusters migratórios no Brasil. In: Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.40-56, V.13, n.22, set./dez. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/6937-20770-1-SM.pdf>

BARROS, G. T. A difusão geográfica inicial da Covid-19 no Brasil e a aeromobilidade. In: **Revista Geosp**. v. 25, n. 3, dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/178541/177801>

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf

CHRISTOPHERSON, R. W. **Geossistemas** – Uma introdução à geografia física. 7. ed. Tradução: Francisco Eliseu Aquino et al. Porto Alegre: Bookman, 2012.

COCA, E. L. de F. et. all. A soberania alimentar na geografia agrária brasileira. in: **Revista Terra Livre**. São Paulo. Ano 35. Vol. 1. Número 54. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1761/1588> Acesso em 24 de janeiro de 2022.

CRUZ, J. S.; HESPANHOL, A. N. A criação das zonas de processamento de exportações (ZPE) no Brasil e o papel das condições gerais de produção (CGP). In: **Revista Geosp**. v. 25, n. 1, p.1-22, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/175193/170761>

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. In: **Revista Geosp**. v. 25, n. 2, ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640/174455>



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

GONÇALVES-PORTO, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo. Edições Loyola. 2014.

KNOX, P. **Atlas das cidades**. São Paulo. Editora Senac. 2016. 256 p.

LASCHEFSKI, K. & ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a 'questão territorial' e o novo desenvolvimentismo no Brasil. In: **Terra Livre**. São Paulo Ano 34, Vol.1, n. 52 p. 278-322. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1552-4450-1-PB.pdf>

LOFTUS, A. (In)segurança hídrica: garantindo o direito à água. Trad. Ana Cristina Augusto de Sousa. In: **Revista Geosp**. v. 25, n. 2, ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182666/174459>

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. **Para entender a Terra**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman. 2006.

REZENDE, S, C. e HELLER, L. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, I. G. da. As dimensões da reestruturação socioespacial na geografia brasileira: caminhos e perspectivas. In: **Revista Terra Livre**. Número 55. Volume 2. Jul-dez/2020. Disponível em <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2081> Acesso em 25 de janeiro de 2022.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, L. de A. Do Quadrilátero Ferrífero ao Quadrilátero Aquífero: territorialidades conflitantes na produção de um espaço social extensivo à Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG. In: **Revista Geosp**. São Paulo. Volume 25. Número 3. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/188865/177798>

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

VIEIRAS, R. R.; SEPULCRI, B. N. TRISTÃO M. O crime socioambiental na bacia do rio Doce: uma crítica ao princípio de mercado. In: **Revista Sociedade e Natureza**. Uberlândia. V. 30. N. 3. p. 185-208. Set/dez. 2018. ISSN 1982-4513 disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/38682/pdf> Acesso em: 23/06/2019.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

VINHA, J. F. de S. C. & FERNANDES, B. M. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. Terra Livre São Paulo Ano 34, Vol.1, n. 52 p. 163-189. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1626-4447-1-PB.pdf>

ZANOTELLI, C. L. A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucautiana. In: **Revista Geosp.** São Paulo. v. 25, n. 3, e-172194, dez. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/172194>

ZHOURI, A.; BOLADOS, P. CASTRO, E. **Mineração na América do Sul:** Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo. Annablume. 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: MÉDICO ESF

PROGRAMA

Fundamentos da Medicina de Família e Comunidade. Abordagem familiar e ferramentas. Atenção primária em saúde. Promoção da saúde e prevenção (inclusive prevenção quaternária). Saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso: acompanhamento clínico e principais patologias.

REFERÊNCIAS

GUSSO, Gustavo; LOPES, José Mauro Seratti (Org.). Tratado de Medicina da Família e Comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: Artmed, 2ª edição, 2019.

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança : crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/caderno_33.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CIRURGIÃO DENTISTA

PROGRAMA

1. O SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde. 2. Levantamento de saúde bucal. 3. Tratamento integral, no campo da atenção básica na odontologia. 4. Educação em saúde bucal. 5. Farmacologia e terapêutica aplicada a odontologia. 7. Oclusão. 8. Semiologia e exame do paciente em odontologia. 9. Técnicas radiográficas aplicadas à odontologia. 10. Placa bacteriana. 11. Controle de placa - meios físicos e químicos. 12. Epidemiologia e prevenção das principais doenças periodontais. 13. Cariologia 14. Etiologia e histopatologia da doença cárie. 15. Prevenção e controle da doença cárie. 16. Diagnóstico das lesões da cavidade bucal. 17. Propriedades físicas, químicas e mecânicas dos materiais dentários e sua biocompatibilidade. 18. Materiais protetores do complexo dentina polpa. 19. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. 20. Técnicas restauradoras minimamente invasivas (ART - Tratamento restaurador atraumático). 21. Urgências



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

odontológicas na atenção básica. 22. Fratura total de restauração em dentes anteriores. 23. Traumatismo dentário. 24. Cirurgia oral menor; princípio de cirurgia odontológica. 25. Diagnóstico e tratamento em endodontia. 26. Esterilização e desinfecção em odontologia. 27. Técnicas Anestésicas aplicadas à odontologia. 28. Ética Odontológica e código de ética odontológica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.L.F; PERES, M.A Fundamentos de Odontologia – Epidemiologia da Saúde Bucal. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2013, 738 p.

ANUSAVICE, K.J. Phillips Materiais Dentários. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 592p.

BRASIL. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e das outras providências.

BRASIL. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Conselho Federal de Odontologia – Código de Ética Odontológico – Rio de Janeiro, CFO 2012.

FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária a Doença e seu Tratamento Clínico. 2. ed. São Paulo: Santos; 2011. 640p.

GUEDES-PINTO, A.C.; BONECKER, M. RODRIGUES, C.R.M.D. Odontopediatria - Fundamentos em Odontologia. São Paulo: Santos; 2009. 446p.

LOPES, H. P.; SIQUEIRA JR., J. F. Endodontia Biologia e Técnica. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2015. 817p.

MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 410p.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de Dentística Operatória. 2. ed. São Paulo: Santos, 2018. 350p.

NEWMAN, M.G. et al. Carranza Periodontia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 1328p.

PEREIRA, A.C. et al. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. 1. ed. São Paulo: Napoleão, 2009. 704p.

REGEZI, J. A.; SCIUBBA, J. J.; JORDAN, R. C. K. Patologia Oral: Correlações Clínicopatológicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 402p.

PINTO, V.G. Saúde Bucal Coletiva. 6. ed. São Paulo: Santos, 2013. 720p.

WHITE, S.C.; PHAROAH, M.J. Radiologia Oral: Princípios e Interpretação. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2015. 696p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: FISCAL EM SAÚDE

PROGRAMA

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Leis Orgânicas da saúde (Lei 8080/90 e Lei 8142/90); princípios e diretrizes do SUS. **POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE:** Desafios para integração da vigilância em saúde e atenção básica na perspectiva da vigilância sanitária, análise de situação de saúde; Vigilância Sanitária no Brasil; Boas práticas para serviços de alimentação; Boas práticas gerenciamento de resíduos e Boas práticas para o funcionamento dos serviços de saúde; Ações e instrumentos da Vigilância Sanitária; Vigilância das Doenças Transmissíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1 / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília : CONASS, 2011. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/vigilancia-e-saude-parte-1/>

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília : CONASS, 2011. Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/vigilancia-em-saude-parte-2/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Manual-de-Normas-e-Procedimentos-para-Vacina%C3%A7%C3%A3o.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para serviços de alimentação. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 222 de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em : https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 63 de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. - Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_politica_nacional_atencao_basica_integracao_atenc_ao_basica_vigilancia_saude_modulo_1.pdf

COSTA, EA., org. Vigilância Sanitária: temas para debate [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 237 p. ISBN 978-85-232-0881-3. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6bmrk>

Oliveira, RL. Universidade Federal do Ceará. A vigilância Sanitária no SUS. Módulo 1, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/unidade_01-vigilancia-sanitaria-no-sus.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PSICÓLOGO

PROGRAMA

1. O Código de Ética do Psicólogo e a elaboração de documentos psicológicos.
2. As articulações entre saúde mental, cidadania, educação e direito
3. Componentes da clínica com adultos e infanto-juvenis: a nosologia, a nosografia e a psicopatologia.
4. A Psicologia no campo da assistência social.
5. Intervenção Psicossocial com grupos
6. A Saúde e a psicologia
7. A política de atenção à criança e ao adolescente.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

8. A política de atenção à pessoa com deficiência.

9. A política de atenção à pessoa idosa

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. (Org.) (2000). Oficinas em Dinâmica de Grupo: um Método de Intervenção Psicossocial. Belo Horizonte, Edições do Campo Social. (Capítulo 1).

AMARANTE, Paulo. (Coord.). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / SDE/ENSP; 1998

BRASIL. Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com deficiência. Brasília/DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos Humaniza SUS: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741 de outubro de 2003, Brasília/DF.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP_CREAS_.pdf. Acessado em 27 outubro 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA . Código de Ética Profissional do Psicólogo de 2005. Brasília: CFP. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acessado em 27 outubro 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução do CFP N.º 006/2019. Brasília: CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n-06-2019-comentada.pdf>. Acessado em 27 outubro 2021.

CORDEIRO, Mariana P.; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e (org.) (2018). Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018

DALGALARRONDO, Paulo. (2018). Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Psicologia e saúde: desafios atuais. Psicologia: Reflexão e Crítica [online]. v. 10, n. 2, pp. 275-288, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000200007>>. Acessado em 27 outubro 2021.

NETO, João Leite Ferreira. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2010, v. 30, n. 2 , pp. 390-403. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200013>>. Acessado em 28 outubro 2021.

SCARCELLI, Ianni Regia; JUNQUEIRA, Virgínia. O SUS como desafio para a formação em Psicologia. Psicol. prof. Brasília, v. 31, n. 2, p. 340-357, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 de agosto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TERAPEUTA OCUPACIONAL

PROGRAMA

1. Ética e Deontologia Profissional da Terapia Ocupacional;
2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
3. Modelos, Métodos e Práticas da Terapia Ocupacional;
4. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado Individual;
5. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado em Grupo;
6. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado dos Familiares e Cuidadores;
7. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado em Domicílios;
8. Prática da Terapia Ocupacional em Diferentes Modalidades, Cenários e Contextos;
9. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional com Diferentes Condições de Saúde;
10. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Funções e Estruturas do Corpo;



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

11. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Ambientais;
12. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Pessoais;
13. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Atividades e da Participação no Autocuidado, Trabalho e Lazer;
14. Órteses, Adaptações e Tecnologia Assistiva;
15. Prática Baseada em Evidência em Terapia Ocupacional;
16. Raciocínio Clínico ou Profissional em Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Alessandra; DUTRA, Fabiana C.M.S.; ELUI, Valéria M.C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. Traduzida. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo; jan.abr;26 (Ed Esp.):1-49. 2015.
- CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Claudia. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. Terapia Ocupacional Willard & Spackman. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- DE CARLO, Marysia M.R.P & KUDO, Aide M. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos. São Paulo, Editora Payá, 417 p. 2018.
- DRUMMOND, Adriana F. & REZENDE, Márcia B. Intervenções da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, Editora UFMG, 175 p. 2008.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE / ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora EDUSP, 333p. 2015.
- PEDRETTI, L.W. & EARLY, M.B. Terapia Ocupacional Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 1092 p. 2005.
- RADOMSKI, M. Vining; LATHAM, C. A. Trombly. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. São Paulo (SP), Editora Santos, 6ª Ed. 1431 p. 2013.
- KATZ, Noomi. Neurociência, Reabilitação Cognitiva e Modelos de Intervenção em Terapia Ocupacional. São Paulo, Editora Santos, 415 p. 2014.
- Campos, Ana C.V.; Berlezi, Evelise M & Correa, Antônio H.M. Promoção da Saúde para um Envelhecimento Saudável. Editora Unijuí (RS), 312 p, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

PROGRAMA

A formação de professores.

A prática pedagógica: construção curricular, planejamento, métodos, avaliação, relações sociais na escola, organização do trabalho pedagógico.

As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas.

Avaliação da Educação Básica.

Base Nacional Comum Curricular.

Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Educação inclusiva.

Filosofia, sociologia e história da educação.

Gestão democrática na escola.

Interação escola-família.

Lei Complementar nº 005/2001.

Lei Complementar nº 006/2001.

Lei Complementar nº 194, de 06 de dezembro de 2019.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Novas tecnologias na educação.

O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 06 fev. 2022

_____. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 61. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB.** Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

CANDAU, Vera Maria. **Cotidiano escolar e práticas interculturais.** Cadernos de Pesquisa, v.46, n.161 p.802-820 jul./set. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3455/pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CARRARA, Kester (Org.) **Introdução à psicologia da educação:** seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs). **Interação escola-família:** subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192>. Acesso em: 05 fev. 2022.

COLL, César; MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. A incorporação das tecnologias da informação e da comunicação na educação: do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: _____. **Psicologia da**



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESTANISLAU, G.M.; BRESSAN, R.A.(Org). **Saúde mental na escola:** o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis: Vozes, 2006

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARIANA (MG). **Lei Complementar nº 005/2001, de 26 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de MARIANA – MG. Disponível em: <http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/arquivos/estatuto-do-servidor.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

MARIANA (MG). **Lei Complementar nº 006/2001, de 26 de dezembro de 2001.** Institui o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Município de Mariana/ MG.

MARIANA (MG). Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 194, de 06 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos profissionais da EDUCAÇÃO do Município de Mariana e dá outras providências. Disponível em: <http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1196_12-12-2019.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. **Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE.** Disponível em: <<https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/programa>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MIZUKAMI, Maria das Graças N°. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MOURA, Dácio. G; BARBOSA, Eduardo. F. **Trabalhando com projetos:** planejamento e gestão de projetos educacionais. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORTEGA, Rosario; DEL REY, Rosario. **Estratégias educativas para a prevenção da violência.** Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em:< <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128721>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RANGEL, Mary. (Org). **Supervisão pedagógica:** princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.

SANMARTÍ, Neus. **Avaliar para aprender.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Campinas, SP: 2005. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/images/files/PHC/3._Artigo_-_Saviani_-_Asc_concep%C3%A7%C3%B5es_pedag%C3%B3gicas_na_hist%C3%B3ria_da_educa._brasileira.pdf> Acesso em: 05 fev. 2022.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary. **Nove olhares sobre a supervisão.** 9. ed. Campinas: Papyrus, 2003.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. **Repensando a didática**. São Paulo: Campinas, Papirus, 1993.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA

- Alfabetização e Letramento
- Base Nacional Comum Curricular
- Diretrizes Nacionais para a Educação Básica
- Educação Especial na Educação Básica
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Fundamentos didático-metodológicos
- Gestão democrática das escolas
- Inclusão, diversidade e relações étnico-raciais na escola
- Legislação brasileira e políticas públicas para a Educação
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Planejamento e avaliação da aprendizagem
- Tecnologias Digitais na Educação

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Planejamento da alfabetização**: capacidades e atividades. Belo Horizonte: Ceale, 2006. 232 p. _ (Coleção Instrumentos da Alfabetização; 6). Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/6-planejamento-da-alfabetizacao-capacidades-e-atividades.htm>> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. CNE/CEB. Brasília, DF. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Título II e Capítulo III. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. **Lei n.º 8.069/1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF, 1990. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436/2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 25 Jan 2022.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=15548&Itemid=>. Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/component/k2/item/6-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-basica-diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 25 Jan 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 7 - Alfabetização matemática na perspectiva do letramento. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/download/18_6eeff49614c4b3fcfa0adbd92c8cdb28> Acesso em: 25 Jan 2022.

CEALE. Glossário Ceale: Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores. Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>>. Acesso em: 25 Jan 2022.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2 ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 25 Jan 2022.

PERRENOUD, Phillipe. Introdução: A avaliação entre duas lógicas. In: PERRENOUD, Phillipe. Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre, Artmed, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Plano Municipal de Educação de Mariana 2015-2024. Disponível em: <www.pmmariana.com.br/veja/12/26/plano-municipal-de-educacao-versao-para-o-legislativo>. Acesso em: 25 Jan 2022

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- LIBRAS

PROGRAMA

Políticas linguísticas para surdos e as línguas de sinais.

Educação bilíngue e educação de surdos no Brasil.

A formação de professores para atuar na educação de pessoas surdas.

Metodologia de ensino da Libras como primeira e segunda línguas (L1 e L2).

História da educação dos surdos no Brasil e a trajetória da LIBRAS.

Cultura, comunidade e identidades surda.

Aspectos gramaticais da LIBRAS.

Legislação.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436 (2002). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

_____. Decreto 5626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº10436 de 24 de abril de 2002 que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

_____, Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB. 2013

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CAPOVILLA, F. C, RAPHAEL, W. D; MAURÍCIO, A. C. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FELIPE, T. A. LIBRAS em contexto. 7 ed. Curso Básico. Rio de Janeiro: MEC/FENEIS, 2007.

PERLIN E REZENDE. Didática e educação de surdos. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/didaticaEEducacaoDeSurdos/assets/489/texto_base_Didatica_2008.pdf

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

STROBEL, Karin°. As imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- ARTES

PROGRAMA

Alternativas metodológicas em Arte-educação e aprendizagem significativa.

Arte, educação intercultural, multiculturalismo e estética do cotidiano.

Arte-educação, mediação cultural e tecnologias contemporâneas.

Articulação entre escola, famílias e comunidade - A arte numa perspectiva inclusiva.

As linguagens da Arte – Experiências integrativas no cotidiano escolar.

Fruição, forma, cor e estética visual

Leitura da obra de arte, produção artística e estereotípias.

PCN Arte – nova compreensão do processo ensino-aprendizagem

Tendências contemporâneas da expressão criadora na Educação

Norteamento pedagógico e profissional do(a) professor(a) (LDBN, BNCC, ECA,

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae (Org.) Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias internacionais. SP: Cortez, 2005

BNCC, Arte 4.1.2, http://basenacionalcomum.mec.gov.br;http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf (gratuito)

4.1.2. Arte...p. 193 - Competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental ...198

4.1.2.1. Arte no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades ...p. 199

4.1.2.2. Arte no Ensino Fundamental – Anos Finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

habilidades ...p. 205

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB. 2013 - <https://www.educabrasil.com.br/dcms-diretrizes-curriculares-nacionais/>
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental-Livro 06 - Brasília : MEC/SEF, 1997.(site MEC) BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Atualizado até a Lei nº 13.715/2018)
www.crianca.mppr.mp/arquivos/file/publi/mmfdh/eca_atualizado_mmfdh_2019.pdf

MARTINS, Mirian Celeste, PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Teoria e Prática do Ensino de Arte - A língua do mundo. SP: Ed. FTD, 2009

RICHTER, Ivone Mendes. Interculturalidade e Estética do Cotidiano no Ensino das Artes Visuais. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003

ROMANO, Raquel. Alfabetização Cultural. BH: Ed. Aquarela, 2012

ROSENTHAL, Dália, RIZZI, Maria Cristina de S. Lima (Org.) - Artes – A Reflexão e a prática do ensino-Vol.9 - SP: Ed. Blucher, 2013.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. Educação, Arte e Jogo. 2ª Ed., Petrópolis, RJ:Ed.Vozes, 2008

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CIÊNCIAS

PROGRAMA

Práticas de ensino de Ciências: o papel da experimentação, uso de novas tecnologias, abordagens sociointeracionista e construtivista. Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular e competências específicas de Ciências da Natureza para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Seres vivos: taxonomia e história natural de Moneras, Fungos, Protistas, Animais e Plantas. Teoria da evolução dos seres vivos: darwinismo. Corpo humano: funções de nutrição, regulação, sustentação e movimento, reprodução e sexualidade (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, prevenção da gravidez indesejada). Saúde: promoção da saúde, prevenção de doenças humanas infecciosas e parasitárias. Ecologia: relações ecológicas, relações alimentares nos ecossistemas, biomas brasileiros. Educação ambiental: questões socioambientais atuais (aquecimento global e mudanças climáticas, escassez de água, perda de solo fértil, poluição atmosférica, destinação de resíduos). Formação e transformação do solo. Sistema Sol-Terra-Lua. Pontos cardeais. Constituição da Terra. Placas tectônicas. Tectonismo. Materiais: propriedades, usos e transformações. Substâncias puras e misturas.

REFERÊNCIAS

AKATU. *Consumo consciente para um futuro sustentável*. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BAQUERO, R. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRASIL. Congresso. Câmara. *Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara. *Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: UNESCO.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

CARVALHO, A. M. *Ciências no Ensino fundamental: o conhecimento físico*. São Paulo: Scipione.

COLL, C. S. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

DEPARTAMENTO DE ASTRONOMIA DA UFRGS. Disponível em: <<http://astro.if.ufrgs.br>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

DOCA, R.H.; VILLAS BOAS, N.; BISCUOLA, G.J. *Tópicos de Física 1, 2 e 3*. São Paulo: Saraiva.

EDIÇÕES SM (Org.). *Ser Protagonista Box: Química*. São Paulo: Edições SM.

EICHHORN, S. E.; EVERT, R F.; RAVEN, P. H. *Biologia vegetal*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

FRIAÇA, A. C. S.; DAL PINO, E.; SODRÉ JR., L.; JATENCO-PEREIRA, V. (Org.). *Astronomia: uma visão do Universo*. São Paulo: Editora da USP.

HEWITT, P. *Física conceitual*. Porto Alegre: Bookman.

LIMA, M. E. C. C.; BRAGA, S. A. M.; AGUIAR JÚNIOR, O. *Aprender ciências: um mundo de materiais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Livro do aluno e do professor.

MONTEIRO, J. H. P. et al. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

MORAIS, M. B.; ANDRADE, M. H. P. *Ciências: ensinar e aprender*. Belo Horizonte: Dimensão.

PINOTTI, R. *Educação ambiental para o século XXI – eBook*. São Paulo: Blucher.

POUGH, F. H. et al. *A vida dos vertebrados*. São Paulo: Atheneu.

PURVES, W. K.; SADAVA, D.; ORIAN, G.H.; HELLER, H. C. *Vida: a ciência da Biologia: v. I, II e III*. Porto Alegre: Artmed.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA. Física na Escola. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/fne/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. Química Nova Interativa. Disponível em: <<http://qnint.s bq.org.br/novo/>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.) *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de textos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA

PROGRAMA

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais. Pedagogia da Autonomia. Organização Curricular, saberes escolares e proposta pedagógica. Habilidades e Eixos temáticos da Educação Física. O esporte como grande fenômeno da sociedade moderna. A História da Educação Física e do Esporte no Brasil: panorama, perspectivas e proposta. A Educação Física como área de conhecimento escolar. Princípios pedagógicos. Unidades temáticas e conteúdos específicos da Educação Física. Didática na Educação Física. Motricidade Humana. Psicomotricidade. Educação Física e inclusão escolar: relações étnico-raciais, gênero, pessoa com deficiência. A integração escolar e social da pessoa com deficiência. Conhecimentos fisiológicos do corpo em movimento. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. Anatomia Humana. Planejamento das aulas de Educação Física. Instrumentos avaliativos das aulas de Educação Física. Relação da Educação Física com o lazer e educação. Iniciação Esportiva Universal. Ensino de jogos / brincadeiras, esportes, danças, ginástica, lutas, expressão corporal, lazer e educação física escolar. Práticas corporais e de Aventura. Saúde, alimentação e qualidade de vida.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

REFERÊNCIAS

ALVES, Ubiratan Silva. **Educação Física Escolar**. Editora: Avercamp, 2014.

BARBOSA, Cláudio Luis de Alvarenga. **Educação Física e didática**. Editora: Vozes; 4ª Edição (2014).

Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Perez. **Ensinando Voleibol**. Phorte; Edição: 5ª (2012).

BRACHT, V. **Corporeidade, cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento?** In: NÓBREGA, T. P. (Org.). Epistemologia, saberes e práticas da educação física. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

CAMINHA, Renato Maiato. **A Prática Cognitiva na Infância e na Adolescência**. Editora: Sinopsys; Edição: 1ª (2017).

CAMPOS, C. M. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A educação física no Brasil: a história que não se conta**. 5ª. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

DARIO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica**. Editora: Editora Guanabara Koogan; 2ª Edição (2011).

FINCK, Silvia Christina Madrid. **A educação física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

Fisiologia do exercício. – Brasília: Fundação Vale, UNESCO, 2013. 74 p. – (Cadernos de referência de esporte; 2).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra. 1996.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. **Afazer da Educação Física na Escola: planejar, ensinar, partilhar**. Erechim: Edelbra, 2012. (Entre nós – anos finais do ensino fundamental, v. 3.)

GRECO, P.J.; BENDA, R (org.) (1998) **Iniciação esportiva universal. Vol. 1: Da aprendizagem motora ao treinamento técnico**. Editora Universitária. UFMG.

GRECO, Pablo Juan. **Iniciação Esportiva Universal – Volume 2. Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube**. Editora UFMG, 1988.

GRECO, Pablo Juan / ROMERO, Juan J. Fernandez. **Manual de Handebol - da Iniciação ao Alto Nível**. PHORTE

HAYWOOD, K. M. GETCHELL, N. *Desenvolvimento motor ao longo da vida*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUNIOR, José Roulien de Andrade. **Futsal – Aquisição, Inicialização e Especialização**. Juruá Editora, 2007.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

LEUCAS, Cláudia Barsand de. **Educação física e inclusão. Presença Pedagógica.** Belo Horizonte, v.18, n. 104, p. 22-27 mar./abr, 2012.

MALANCHEN, J. **Cultura, Conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2016.

MASSENA, Anita. **Eventos e Competições Esportivas: Planejamento e Organização.** 1ª edição, 2012.

Mc ARDLE, Willian D; KATCH, Frank I; KATCH, Victor L. **Fisiologia do exercício. Energia, nutrição e desempenho humano.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

PLOWMAN, S.A.; SMITH, D.L. **Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar** – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Program, American Sport E. – **Ensinando Basquetebol para Jovens.** Editora, MANOLE.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 5ª ed., Rio de Janeiro, WVA, 2003.

SILVA, João Bosco da. **Educação Física, esporte, lazer: aprender a aprender fazendo.** Londrina: Lido, 1995.

SOBOTTA. **Atlas de Anatomia Humana - 3 Volumes.** Editora: Guanabara Koogan; Edição: 24 (2018).

VAGO, Tarcísio Mauro. **Pensar a educação física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude.** Cadernos de Formação RBCE, v. 1, n. 1, 2009.

VIEIRA, S. e FREITAS, A. **O que é Atletismo – história, regras, curiosidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- ENSINO RELIGIOSO

PROGRAMA

Pluralismo Religioso, Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso

A tolerância religiosa frente ao fundamentalismo religioso

Fenômeno Religioso: mitologias religiosas, nomeações do sagrado, líderes religiosos, símbolos, ritos, gestos, orações, cantos, danças, tabus, sacrifícios, celebrações, festas, refeições, pactos, alianças, promessas.

História das tradições religiosas e das ideias religiosas

Ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração).

A formação religiosa do Brasil e as religiões de matriz africana.

O Ensino Religioso na Legislação Brasileira: aspectos legais e curriculares

A área de Ensino Religioso no Currículo Referência de Minas Gerais

O Estatuto da Criança e do Adolescente

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017. Disponível em

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

COULIANO, Ioan & ELIADE, Mircea. *Dicionário das Religiões.* São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/maio/governo-federal-lanca-nova-edicao-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca/ECA2019digital.pdf>

GÓIS, Aurino José. *As religiões de matrizes africanas: o Candomblé, seu espaço e sistema religioso.* Horizonte, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 321-352, jan./mar. 2013 – ISSN 2175-5841. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/4782>

Governo de Minas Gerais. *Currículo Referência de Minas Gerais.* Disponível em <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>

ELIADE, M. *História das crenças e das ideias religiosas. vol.2: De Gautama Buda ao triunfo do cristianismo.* São Paulo: Zahar Editora, 2011.

ELIADE, M. *História das crenças e das ideias religiosas. vol.3: De Maomé à Idade das Reformas.* São Paulo: Zahar Editora, 2011.

GAADER, Jostein et al. *O livro das Religiões.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBN) com as alterações no artigo 33. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

O Livro das Religiões. São Paulo: Globo Livros, 2014. 352p.

PASSOS, João Décio. *A intolerância religiosa: mecanismos e antídotos.* REVER – Revista de Estudos da Religião, São Paulo, V.17, N. 3 (set-dez.2017). pág. 11-27. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/rever/article/view/35652/24444>

SANCHEZ, Wagner Lopes. *Pluralismo Religioso. As religiões no mundo atual.* São Paulo, Paulinas, 2013.

Revista Senso. **Religiões de Matriz Africana.** Belo Horizonte: Revista Senso. Abril/Maio. Edição nº 1.2017. Disponível em <https://revistasenso.com.br/edicao-01-religoes-de-matriz-africanas/> - Acesso em 27/09/2018

TEIXEIRA, Faustino. *O Pluralismo Religioso e a Ameaça Fundamentalista.* Revista Numen, Juiz de Fora, v. 10, n. 1 e 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21672> - acesso em 26/07/2019



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - GEOGRAFIA

PROGRAMA

- As paisagens naturais do globo terrestre: uso, ocupação e impactos ambientais nos biomas mundiais.
- Aspectos geológicos (tectônica de placas, formação das rochas), geomorfológicas, climáticas, pedológicas, hidrográficas e fitogeográficas do mundo e do Brasil
- Os domínios morfoclimáticos brasileiros: formação, desenvolvimento, usos e impactos ambientais;
- Relação sociedade e natureza e os problemas socioambientais contemporâneos (as Conferências Ambientais sobre meio ambiente, a problemática da água, o aquecimento global; desastres naturais, a extinção das florestas, o lixo urbano, ilha de calor, inversão térmica, poluição de águas superficiais e subterrâneas, conservação, degradação e preservação ambiental);
- Aspectos da população (estrutura, crescimento, distribuição no espaço geográfico mundial e brasileiro), teorias populacionais/demográficas e migrações internas e externas no passado e no presente (fluxos migratórios, fechamento de fronteiras, a questão dos refugiados, migrações na América Latina e na Europa);
- Industrialização, urbanização, metropolização, comércio e transporte em uma perspectiva histórica (mundo e Brasil); Movimentos sociais e trabalhistas no contexto urbano;
- O espaço globalizado e suas dimensões: as transnacionais, a nova ordem mundial e a exclusão/inclusão de novas áreas geográficas, as zonas de livre comércio, os circuitos mundiais de comércio e comunicação, as grandes potências globais, na atualidade, as redes, os fluxos e a formação de blocos econômicos;
- A formação dos espaços e territórios rurais no mundo e no Brasil: a questão do trabalho, o campesinato, a agricultura familiar, o agronegócio, a questão agrária/agrícola contemporânea, os conflitos pela terra no Brasil, os movimentos sociais no campo brasileiro e mundial e o papel do Estado no setor agrário/agrícola;
- O espaço brasileiro: formação, (re)produção, desenvolvimento e transformações do século XVI ao século XXI, o Brasil na Nova Ordem Mundial;
- As macrorregiões do Brasil: diferentes formas de regionalização, regiões geoeconômicas e contrastes regionais;
- A ordem internacional e os conflitos, fronteiras, redes legais e ilegais no território; As grandes guerras e reordenamentos do espaço mundial
- A Divisão Internacional do Trabalho, o mundo do trabalho e as transformações no contexto geohistórico mundial e brasileiro;
- Geopolíticas contemporâneas e geopolíticas da natureza: guerras na atualidade, geopolíticas dos recursos minerais (petróleo, minério de ferro, terras raras etc.), da energia, dos alimentos, das armas, das águas, mercado de carbono, biopirataria etc.;
- As legislações brasileiras (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Base Nacional Comum Curricular - BNCC, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e o ensino de geografia;
- Noções de cartografia geral (orientação, projeções, coordenadas geográficas, escalas, fusos horários, curvas de nível etc.), cartografia temática, leitura e interpretação de cartas, mapas, imagens de satélites, fotografias, gráficos, tabelas e suas relações com o ensino de geografia.
- Ensino de geografia e aspectos da Educação Ambiental no Brasil (conservação, degradação e preservação ambiental);
- O ensino de geografia e a Educação do Campo e a Educação de Jovens e Adultos;
- Recursos didáticos e metodologias de ensino na geografia;
- Tecnologias digitais e outras linguagens/gêneros textuais no ensino de geografia;
- Conceitos, temas e categorias no ensino de geografia (Espaço, Região, Lugar, Território, Paisagem, Ambiente etc.);



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

- As diferentes formas de representação cartográfica e o ensino de geografia;

REFERÊNCIAS:

ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. Ano 27. V.1. n.36 jan-jun/2011. p. 69-95. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/426> Acesso em: 30/07/2019.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. V.1. n.15. jan-jun/2000. p. 69-95. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/362/344> Acesso em: 30/07/2019.

AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil - potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. *O que é ser geógrafo*. São Paulo. Editora Record. 2011.

AGUIAR, Lígia Maria Brochado de.; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira. (orgs.). *Conversações com a cartografia escolar: para quem e para que*. São João Del Rey. 2016. 294 p.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque et. al. (orgs.) *Anais do XIII Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia* [recurso eletrônico]. Belo Horizonte: IGC, 2017. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/images/anaisXIIENPEG.pdf> Acesso em: 25/08/2018.

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque et. al. (orgs.) *Conhecimentos da Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica*. Belo Horizonte. IGC. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Roberto_Valadao/publication/324798242_Conhecimentos_da_Geografia_percursos_de_formacao_docente_e_praticas_na_Educacao_Basica/links/5ae30b5c0f7e9b28594a44e9/Conhecimentos-da-Geografia-percursos-de-formacao-docente-e-praticas-na-Educacao-Basica.pdf Acesso em: 31/07/2019.

BARROS, G. T. A difusão geográfica inicial da Covid-19 no Brasil e a aeromobilidade. In: *Revista Geosp*. v. 25, n. 3, dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/178541/177801>

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 31/07/2019.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf Acesso em: 30/07/2019.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. O paradigma da cidade global e as olimpíadas do Rio de Janeiro. In: *Oculum ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Campinas. 11(1) | 119-135 | Janeiro-Junho 2014. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2286/1823> Acesso em: 31/07/2019..

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago; GONÇALVES, Elienai. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. In: *Boletim DATALUTA*.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Fevereiro de 2011. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2011.pdf Acesso em: 31/07/2019.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. disponível em:
<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/d9f70cc6d16bd1315391ed9004d769ce.pdf>
Acesso em: 31/07/2019.

COPATTI, Carina. A construção do pensamento geográfico do professor e sua relação com o livro didático. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. Ano 33, Vol.2, n 51 p.325-355. Disponível em:
<file:///C:/Users/HP/Downloads/1534-4211-1-PB.pdf> Acesso em: 30/07/2019.

CRUZ, J. S.; HESPANHOL, A. N. A criação das zonas de processamento de exportações (ZPE) no Brasil e o papel das condições gerais de produção (CGP). In: *Revista Geosp*. v. 25, n. 1, p.1-22, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/175193/170761>

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. In: *Revista Geosp*. v. 25, n. 2, ago. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640/174455>

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. Número 16. 2001. p. 39-70. Disponível em:
<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/349> Acesso em 31/07/2019.

GONÇALVES-PORTO, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015.

KATUTA, Ângela Massumi; Melzer, Ehrick Eduardo Martins. A questão agrária e a Educação do/no campo: Trajetórias de vida e dialogias no trabalho de formação de educadores. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. 2015. Ano 30, Vol.2, n 45 p. 62-97. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/611-2446-1-PB.pdf> Acesso em: 31/07/2019.

KNOX, P. *Atlas das cidades*. São Paulo. Editora Senac. 2016. 256 p.

LAYRARGEUS, Philippe P. & LIMA, Gustavo Ferreira da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. In *Revista Ambiente e sociedade* [online]. 2014, vol.17, n.1, pp.23-40. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e as implicações para a educação. In: *Revista Ambiente & Sociedade* – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf> Acesso em: 30/07/2019.

LOFTUS, A. (In)segurança hídrica: garantindo o direito à água. Trad. Ana Cristina Augusto de Sousa. In: *Revista Geosp*. v. 25, n. 2, ago. 2021. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182666/174459>



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

MIRANDA, C. & SILVA, H. (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. 476 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21). disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf> Acesso em: 30/07/2019.

MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira – contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia brasileira*. Rio de Janeiro. Editora Consequência. 2014. 320 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia do colapso: crise e desestruturação produtiva na realidade metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. 2018. Ano 33, Vol.1, n 50 p. 131-158. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1448-3982-1-PB.pdf> Acesso em: 30/07/2019.

PAULO, Jacks Richard de; ENDO, Maria Antônia Tavares de Oliveira; BERTIN, Marta. *Reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem: as tecnologias no ensino de geografia*. Juiz de Fora. Garcia. 2018. 166 p.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. *Para entender a Terra*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman. 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo. Annablume. 2008.

SILVA, Thiago Alves Lucas da Silva. A apropriação capitalista da silvicultura no Brasil e sua lógica de produção do espaço. In: *Revista Terra Livre*. São Paulo. 2018. Ano 33, Vol.1, n 50 p. 159-199. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/1447-3983-1-PB.pdf> Acesso em: 30/07/2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2015.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Org.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.75-103.

VESENTINI, José William. *O ensino de geografia no século XXI*. Campinas. Papirus. 2004.

ZANOTELLI, C. L. A cidade neoliberal no Brasil de uma perspectiva foucautiana. In: *Revista Geosp*. São Paulo. v. 25, n. 3, e-172194, dez. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/172194>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- HISTÓRIA

PROGRAMA

História do ensino História

Questões curriculares no ensino de História

Prática de ensino de História

Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena

História do Brasil



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

- a. História do Brasil Colônia
 - b. História do Brasil Império
 - c. História do Brasil República
- História Contemporânea

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2006.

BOSCHI, Caio César. Por que estudar História? São Paulo: Editora Ática, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3738

FERNANDES, José Ricardo Oria. Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf>

FERNANDES, Um lugar na escola para a História local. <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7809/5165>

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. ZAMBONI, Ernesta. Contribuições da literatura infantil para a aprendizagem de noções do tempo histórico- leitura e indagações. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/05.pdf>

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). Coleção O Brasil Colonial (3 volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP, Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva. Ensino de História e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 2016.

HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HERNADEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Visita à História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Golpes na História e na Escola. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez editora, 2017.

MAGALHÃES, Marcelo (et al.). Org. Ensino de história: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagens historiográfica - <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/959/163>

MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amílcar Araújo (orgs). Ensino de História e culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: Déja vu e novos dilemas no século XXI <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158/19188>

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e ensino de História: Realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. http://www.revistafenix.pro.br/PDF15/Artigo_05_%20ABRIL-MAIO-JUNHO_2008_Jairo_Carvalho_do_Nascimento.pdf

PARADA, Maurício. Formação do Mundo Contemporâneo. Petrópolis: Vozes

RAMOS, – Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História - <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/09.pdf>

SCHWARCZ, Lilia Moritz (Direção). História do Brasil Nação: 1808-2010. 5 volumes. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación MAPFRE, 2012-2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d'África. A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez editora, 2007.

SIMAN, Lana Mara Castro; CAMPOS, Edson Nascimento; ANDRADE, João Carlos de. Sentidos do passado no museu: concordância e dissonância de vozes. In <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/13332/12124>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- INGLÊS

PROGRAMA

A prova de inglês tem como objetivo avaliar:

1) A competência de leitura do candidato, com a compreensão (análise e síntese) de texto ou textos no nível adequado a um professor de ensino fundamental e médio. Serão avaliadas neste item as habilidades de identificação e reconhecimento do vocabulário em textos autênticos, tanto literários, quanto jornalísticos quanto da literatura da linguística aplicada ao ensino de língua estrangeira; avaliadas também a compreensão do sentido global, a inferência, a coesão, a coerência e a localização de determinada ideia no texto.

2) O conhecimento das estruturas básicas da língua, em que se exige o conhecimento de gramática em nível funcional, incluindo-se aí os seguintes itens:

- A. Modificadores (modifiers)
- B. Referência pronominal
- C. Uso de pronomes
- D. Discurso indireto
- E. Orações subordinadas



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

- F. Ordem das palavras na oração
- G. Formação de palavras – processo de derivação e composição
- H. O sistema verbal – formas, uso e voz
- I. Adjuntos e preposições
- J. Gênero, número e caso dos substantivos

REFERÊNCIAS

CELCE-Murcia, Marianne & LARSEN-FREEMAN, Diane. The Grammar Book – Second Edition. Boston: Heinle-Thomson, 1999.

LEECH, Geoffrey & SVARTVIK, Jan. A Communicative Grammar of English . London and New York: Routledge.

Murphy, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 1980.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Atualizada. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Também disponível em google.base nacional comum curricular; também disponível em Mercado Livre.

NUNAN, D. Task based language teaching. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

PAIVA, V. L. M. O. Aquisição de segunda língua. São Paulo: Parábola, 014. Disponível na Parábola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA- MATEMÁTICA

PROGRAMA

Linguagem dos conjuntos

Representações de um conjunto, pertinência, inclusão, igualdade, união, interseção e complementação de conjuntos.

Números reais

O conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. O conjunto dos números inteiros: operações, múltiplos e divisores. O conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos.

Unidades de medidas

Comprimento, área, volume, massa, tempo, ângulo e velocidade. Conversão de unidade de medidas.

Proporcionalidade

Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos.

Cálculo algébrico



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 02/2019, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

(REPUBLICAÇÃO DO EDITAL 02/2019)

Operações com expressões algébricas, identidades algébricas. Polinômios de coeficientes reais: operações (soma, subtração, multiplicação e divisão).

Equações e inequações

Equações do 1º e 2º grau, relação entre coeficientes e raízes. Inequações de 1º e 2º grau, desigualdades produto e quociente, interpretação geométrica. Sistemas de equações de 1º e 2º grau, interpretação geométrica. Resolução de situações problemas envolvendo equações de 1º e 2º grau.

Funções

Conceito de função, função de variável real e seu gráfico no plano cartesiano. Composição de funções, função modular, funções inversas, funções polinomiais. Estudo das funções do 1º e 2º grau. Funções crescentes e decrescentes, máximos e mínimos de uma função. Resolução de situações problemas envolvendo funções de 1º e 2º grau.

Geometria Plana

Ângulos - definição, classificação e operações, ângulos entre retas paralelas intersectadas por uma transversal. Elementos e Propriedades de Polígonos Convexos, área e perímetro de superfícies planas. Triângulos – classificação quanto aos lados e ângulos, congruência e semelhança de triângulos, relações Métricas e Trigonométricas em um triângulo retângulo. Razão e Proporção de Segmentos, Teorema de Tales;

Círculo e circunferência: partes de um círculo e de uma circunferência. Ângulos em uma circunferência.

Geometria Espacial

Cálculo de Volume e área de superfície de prismas e cilindros. Resolução de situações problemas envolvendo volume e área de superfície de prismas e cilindros.

Análise Combinatória e Probabilidade

Resolução de situações problemas envolvendo o Princípio Fundamental da Contagem.

Identificação do espaço amostral e evento de experimentos aleatórios. Resolução de Problemas envolvendo probabilidade simples.

Estatística

Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem).

Organização de dados (tabelas e gráficos).

Medidas de tendência central (média, moda e mediana).

Raciocínio Lógico

Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação.

Verdades e Mentiras: resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

DANTE, Luiz Roberto; VIANA, Fernando. Teláris: matemática 6º ao 9º ano. 3ª edição - São Paulo: Ed. Ática, 2019.

Matemática - Compreensão e Prática - 6º ao 9º ano – 6ª Ed. (Versão BNCC). Autores: Ênio Silveira e Cláudio Marques. Editora Moderna.

Matemática – Volume único – 6ª Edição – São Paulo - Gelson Iezzi *et al.* – Editora Atual, 2015.

Matemática, ciência e aplicações – Volume 1 – 3ª Edição - Gelson Iezzi *et al.* – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

Matemática, ciência e aplicações – Volume 2 – 3ª Edição - Gelson Iezzi *et al.* – São Paulo: Editora Saraiva, 2018.